

Transcrição: Colóquio sobre a investigação dos fenómenos aeroespaciais não identificados para além das fantasias

Assemblée Nacional, Paris, 29 de junho de 2026
© Robert Fleischer, ExoMagazin.tv

Pierre Henriet (deputado, Assembleia Nacional) — Introdução

Muito bem, senhoras e senhores. Arnaud Saint-Martin e eu estamos muito satisfeitos por poder recebê-los esta tarde, aqui nesta sala Victor Hugo, neste colóquio intitulado «A investigação sobre os fenómenos aeroespaciais não identificados, para além das fantasias». Há uma experiência que todos vivemos: olhar para o céu numa noite, ver uma luz cuja distância, natureza e trajetória não conseguimos determinar, e permanecer por um instante com essa pergunta, simples no fundo: o que é isto? Na maioria das vezes chega a explicação: um avião, um planeta, um satélite, uma sonda meteorológica. Mas por vezes não chega. E é destes casos, dessa parte que resiste, que falaremos esta tarde. O tema faz sorrir, sabemos-lo. Se são tão numerosos, senhoras e senhores jornalistas, é sem dúvida porque é original e tem esse ar insólito que dá bons títulos. De facto, desde que este colóquio foi anunciado, observámos o tratamento mediático, que fielmente seguiu os seus estereótipos: os discos voadores nas ilustrações, as piscadelas cúmplices. Não nos queixamos, sorrimos convosco. Mas é justamente por isso que era preciso tirar este dossier dos fóruns especializados e trazê-lo aqui, a um recinto da representação nacional, e examiná-lo com serenidade. Não para resolver um mistério, mas para colocar uma questão séria. Como organiza o poder público o estudo das observações que hoje ainda permanecem sem explicação? Porque por trás da cultura, sobretudo cinematográfica, de ontem e de hoje, há uma realidade séria. Pilotos, civis e militares, reportam observações. Estados — os Estados Unidos em primeiro lugar, nestes últimos dias também — desclassificam documentos e criam estruturas dedicadas. E a França, sem alarido, dispõe há décadas dentro do CNES de um serviço público, o GEIPAN, encarregado de recolher e analisar estes relatos. O tema é, portanto, já, quer se queira quer não, objeto de política pública. A única questão é se o tratamos com método ou se o abandonamos à fantasia. É aqui que entram em jogo as nossas duas trajetórias. Venho de uma formação em matemática e epistemologia, e Arnaud Saint-Martin é sociólogo das ciências. O que une as nossas disciplinas é uma mesma recusa: confundir a seriedade de uma questão com a seriedade das respostas que até agora lhe têm sido dadas. Um fenómeno pode estar pouco estudado, rodeado de narrativas e especulações, e no entanto constituir um objeto de investigação perfeitamente legítimo. A história das ciências está cheia de objetos que durante muito tempo foram considerados indignos de atenção antes de se revelarem fecundos. É esse todo o sentido do título que escolhemos: «Para além das fantasias». Não contra as crenças — não nos reunimos para as congelar. Nem a favor delas — não viemos para as acreditar, mas para além delas. Ou seja, distinguindo o fenómeno observado das interpretações que sobre ele se depositam. E quando falamos de fenómenos não identificados, descrevemos o estado do nosso conhecimento, e não a natureza da coisa. «Não identificado» não é um veredicto de

«inexplicável»: é o reconhecimento provisório de um trabalho que ainda está por fazer. Foi por isso que, sendo ambos membros do Gabinete Parlamentar de Avaliação das Opções Científicas e Tecnológicas, tivemos a ideia deste colóquio. Pareceu-nos útil reunir hoje, nesta encruzilhada, investigadores, engenheiros, militares, responsáveis públicos, e observadores que, cada um no seu lugar, levam este dossier a sério. Que recebam já aqui um caloroso agradecimento. Antes de abrir os nossos trabalhos, cedo a palavra a Arnaud Saint-Martin. Ele dirá melhor do que eu porque nos pareceu bem ocuparmo-nos disto. Obrigado.

Arnaud Saint-Martin (deputado, Assembleia Nacional) — Boas-vindas

Bem-vindos à sala Victor Hugo para este colóquio inédito. É um primeiro encontro do género. Digamo-lo desde já. O que impressiona no dossier OVNI é que suscita, como disseste, juízos e sentimentos muito contrastados, muitas vezes ambivalentes, aqui também, aliás. Alternamos entre o estupor, o espanto, por vezes o riso trocista, a troça, mas também um interesse marcado. Quaisquer que sejam os interesses e as filiações partidárias. Alguns dos meus colegas perguntaram-me, com uma mistura de curiosidade e de inquietação: «Mas tu acreditas nisso?». Porquê um colóquio destes? Que interesse tem? De cada vez respondi: acreditar ou não acreditar não é a questão. E porquê? Como disseste, sociólogo das ciências e técnicas numa outra vida, em licença, formei-me na abordagem sociológica das controvérsias sobre saberes considerados não-standard, não-estabelecidos, de legitimidade epistémica frágil — em suma, os pestilentos do conhecimento. O dossier OVNI é um bom analisador desse ponto de vista. Em vez de resolver, a ideia é investigar aqueles que investigam. Suspendendo o juízo, acaba-se por aprender muito sobre os outros e sobre nós próprios. O deputado epistemólogo Pierre Henriot, aqui presente, com quem organizo este colóquio, está no mesmo comprimento de onda. Mas sejamos claros: assim que se investigam estes fenómenos em si mesmos, e já não os investigadores, é outra coisa. Requer recorrer a métodos de prospeção, técnicas de deteção, de estabelecimento de factos, construir bases de dados, taxonomias, conservar testemunhos, articular conceitos e teorias, e sobretudo produzir provas. A partir daí, nem tudo é válido, nem tudo resiste. Abordagens por vezes intrigantes ou sedutoras, disparatadas ou exóticas, não passariam o teste da veridicção. Ou, no mínimo, essas hipóteses careceriam singularmente de garantia factual, restando apenas a certeza de uma observação subjetiva. Todo o interesse deste colóquio é focarmo-nos em abordagens que levam a sério esta gama de fenómenos, sem palas, com rigor. Como? Bem, a nossa aposta é pôr em perspetiva e em valor um património francês de investigação sobre os FANI, entre eles os OVNI. Recorrer às luzes do Grupo de Estudos e Informação sobre os FANI do CNES pareceu-nos evidente. Fundado há quase 50 anos — não vou aqui fazer a história, salto para o SEPRA — na sequência de diversas iniciativas na interface da ciência, da engenharia e da vigilância do espaço aéreo, esta unidade reúne massas de dados, resultados de investigações, peritagem e metodologias robustecidas ao longo de centenas de casos. O mesmo se aplica às técnicas desenvolvidas pelos militares, tema da segunda mesa redonda. Assumir este enquadramento já é situarmo-nos contra a corrente de uma certa construção corrente do fenómeno, marcada pela produção estado-unidense. Apesar da observação de FANI quase em toda a parte do globo, segundo o National UFO Reporting Center, 141 000 dos 160 000 eventos registados ocorreram nos Estados Unidos. 89 % do total dos avistamentos. É uma regularidade que interpela e que, por contraste, convida a deslocar o olhar assumindo que também acontecem coisas em França e no velho continente. Todo o interesse da primeira mesa redonda é colocá-lo em perspetiva antropológica e histórica. O estudo, a partir do Hexágono, deste fundo de práticas e abordagens será o objeto desta primeira mesa redonda.

Mas então, porque é que a dois deputados parece bem organizar um colóquio sobre o estudo dos FANI? Deste algumas razões, Pierre, e eu tento continuar a explicá-las. Primeiro porque é preciso reconhecê-lo: suscita interesse público, e justifica portanto que nos ocupemos disso, pela primeira vez, aqui mesmo. Recorde-se que quando o CNES colocou online 400 dossiers em março de 2007 no seu site, o site da agência viu-se sobrecarregado. Quase fez colapsar o site. A exploração espacial interessa, seguramente, e é uma questão que me apaixona particularmente, mas há que relativizá-la face à paixão popular pelos OVNI, que qualquer um poderá observar à sua volta ao acaso de uma conversa. E desde que lançámos a ideia do colóquio, vemo-nos literalmente sitiados por mensagens nas nossas caixas de correio parlamentares. Algo que qualquer um poderá observar à sua volta, numa conversa quotidiana, com maior razão nos últimos anos, entre as desclassificações de dossiers e documentos antes secretos do Pentágono. Voltar-se-á a isto na terceira mesa redonda, mas também às especulações controversas de um astrofísico, Avi Loeb, as produções cinematográficas que alimentam o imaginário extraterrestre — penso no último filme de Steven Spielberg —, esse gosto pela inquietante estranheza ovniesca encontra matéria para se renovar constantemente. As medições de opinião são escassas em França, em comparação com os Estados Unidos, que fazem isto o tempo todo, mas segundo as últimas sondagens, encontrei uma, do IFOP, encomendada pela embaixada dos EUA em França em 2023: pouco mais de um em cada quatro franceses estaria convencido da existência dos OVNI. Com um questionário algo enviesado, imagino. Basta dizer que atesta, em todo o caso, uma persistência não anedótica desta questão. Ter-se-á compreendido que o nosso propósito não será classificar as crenças, como disseste, nem abundar numa abordagem em detrimento de outra, nem tomar partido nas controvérsias entre ufólogos, que as há, mas fazer com que este dossier se abra num recinto da representação nacional. E ver o que daí sai, sem tocar a rebate. A ideia é, retomando uma estratégia heurística proposta pelo sociólogo Robert Merton, especificar a ignorância — ou seja, tomar nota e dar-nos os meios para elucidar o conhecimento explícito do que ainda se não sabe, mas que se deveria saber, para lançar as bases de outros conhecimentos. Sem suspense: teremos ocasião de confirmar, ao longo das mesas redondas deste colóquio, que não partimos do zero e que há margem para progresso. Assim, este colóquio procura fazer o balanço, propor pistas, eventualmente recomendações, e cada orador será livre de expor os seus pontos de vista com conhecimento de causa. Antes de começarmos, permitam-me agradecer e pedir uma salva de palmas para as nossas equipas — as do Pierre e as minhas — que não pouparam esforços, acreditem, para que este colóquio, de organização bastante pesada, pudesse realizar-se nas melhores condições. Obrigado a eles. E sem mais delonga, começaremos com uma primeira mesa redonda. Peço a Pierre Lagrange e a Luc Dini que subam ao palco, e teremos uma primeira apresentação de Jérôme Lamy e Dominique Pinsolle por videoconferência. Não puderam vir hoje, infelizmente, mas estão connosco para uma primeira sequência. Depois damos o microfone a Pierre e depois a Luc.

Jérôme Lamy (sociólogo das ciências, CESSP)

Portanto, senhor Lamy e senhor Pinsolle, podem tomar a palavra. Vamos testar o microfone, se possível. Sim, ouve-me? Sim. Ouvem-me? Perfeitamente. É a vossa vez. Tenho o gosto de vos passar a palavra. Muito obrigado. Assim sendo, com Dominique, empreendemos desde janeiro de 2026 uma investigação socio-histórica sobre o Grupo de Estudos e Informação sobre os Fenómenos Aeroespaciais Não Identificados, o GEIPAN, organismo fundado em 1977 dentro do Centro Nacional de Estudos Espaciais, o CNES. Esta investigação que empreendemos é financiada pelo CNES no âmbito do seu concurso anual de projetos. Interessa-nos em particular a formação do GEIPAN, as suas práticas, os seus processos de peritagem e os seus dispositivos de comunicação. A nossa postura sobre o objeto é simples:

há um interesse para as ciências sociais em estudar a sério um objeto como o GEIPAN, porque permite colocar questões essenciais, tanto do ponto de vista epistemológico — o que é uma instituição pública interessada nos fenômenos aeroespaciais inexplicados? — como do ponto de vista cívico. Que papel desempenha um ator público como o CNES na peritagem daquilo que cidadãos e cidadãs lhe reportam como pertencendo a priori ao inexplicável? Não há, portanto, como se vê, nenhuma razão válida para deixar tal problemática fora do campo científico. O nosso objetivo, ao interrogar a história do GEIPAN e centrarmo-nos mais especificamente no período mais recente, foi arrefecer um objeto quente, desespetacularizar investigações que estão atravessadas por afetos poderosos. O nosso desafio, como historiador e sociólogo, é restituir as lógicas sociais, políticas, científicas, técnicas e culturais que presidiram à fundação e à perpetuação de uma instituição de peritagem atípica, destinada a responder às interrogações dos cidadãos e cidadãs que se confrontam com fenômenos que consideraram estranhos e para os quais nenhuma explicação lhes pareceu evidente. Procedemos, como é habitual numa investigação de ciências sociais, a entrevistas com os diversos atores e atrizes envolvidos, sejam responsáveis do GEIPAN, investigadores e investigadoras, sejam membros do comité de peritos. Também esvaziámos os arquivos públicos e não públicos do GEIPAN, os relatórios de investigação, as atas de reunião. E integramos na nossa análise uma análise dos media, sejam imprensa, rádio ou televisão. Foram recolhidos os artigos e programas que trouxeram à luz o trabalho do GEIPAN e esta vasta matriz documental permite restituir o grão fino de uma instituição que conheceu profundas inflexões na sua organização, mas também nos seus modos de funcionamento. Não os iremos detalhar aqui; serão abordados mais adiante. O nosso objetivo é apoiarmo-nos no GEIPAN para refletir sobre o interesse atribuído pelo Estado, através do CNES, ao estudo dos FANI. E parece-nos que se destacaram três fatores estruturantes, cuja importância relativa variou consoante os períodos. Estes três fatores são especialmente visíveis na auditoria encomendada pelo CNES em 2001 e produzida por François Louange, ele próprio membro histórico do GEIPAN e especialista em análise de imagens. Esse relatório baseia-se em 33 entrevistas realizadas com dirigentes atuais ou antigos do CNES e do CNRS, responsáveis militares, cientistas e jornalistas científicos. Constitui um bom ponto de partida para captar as linhas de força das missões atribuídas ao que então se chamou o serviço de peritagem dos fenômenos raros aeroespaciais, o SEPRA. Do denso relatório destaca-se um eixo principal das investigações que deve conduzir o SEPRA, que se poderia ligar a uma dimensão cívica. É importante responder ao pedido do público e dos media, assim como de certos organismos estatais diretamente envolvidos — a gendarmaria nacional, a aviação civil, a força aérea, a proteção civil —, de explicações pertinentes sobre os FANI. O relatório insiste: «o Estado deve dispor de uma peritagem — cito — e de uma capacidade de resposta neste domínio, cujo caráter regaliano é evidente». Vemos, portanto, que esta razão cívica procura tomar em consideração as preocupações dos cidadãos e das cidadãs relativamente a observações de fenômenos aeroespaciais não identificados — preocupações que são simultaneamente transmitidas, provavelmente sustentadas e amplificadas pelos media, particularmente ao longo da última década. Um indício é a crescente cobertura mediática do GEIPAN, tornado num serviço cada vez mais conhecido pelo grande público. Não nos alongaremos aqui sobre as teorias do Estado contemporâneo, mas é de assinalar que se orientam globalmente para uma consideração da população, entendida nas suas manifestações políticas, incluindo, portanto, as suas inquietações. E note-se que as reflexões sobre o princípio da precaução e a transparência pertencem à mesma matriz de interrogação, que tende a inscrever a ação pública na consideração não só dos seus efeitos, mas também das apreensões coletivas que apelam à vigilância, à interpelação ou ao alerta. Esta dimensão cívica do estudo dos fenômenos atmosféricos é uma reivindicação forte que todos os atores e atrizes do GEIPAN destacaram ao longo da nossa investigação. E uma noção pivô permite

compreender como se enquadrava esta regulação pública da procura: a da estranheza. Estranheza entendida como um limiar de inquietação articulado a uma necessidade de explicação. E todos os protocolos de recolha de testemunhos sobre os quais conversámos com os atores e atrizes envolvidos implicam a estranheza como ponto de ancoragem das investigações. A estranheza permite não rejeitar a priori os pedidos e oferece, de certo modo, uma estrutura de acolhimento flexível para testemunhos que são variados na sua forma e heterogéneos no seu grau de precisão. E esta noção de estranheza permite captar como se concebeu o segundo eixo de investigação do SEPRA-GEIPAN: a investigação científica. François Louange, no relatório de 2001, recordava que a justificação primeira do SEPRA-GEIPAN consistia em empregar a abordagem científica — cito —, «de base, consistente, quando se observam fenómenos desconhecidos ou insólitos na natureza, em explicá-los racionalmente, quer reproduzindo-os, ou na sua falta repetindo e afinando a sua observação com vista a uma caracterização e uma eventual modelização». E a questão é importante. Trata-se de elaborar um método para abordar a temática de maneira científica a fim de determinar que tipos de fenómenos podem corresponder às observações reportadas. Os diferentes atores e atrizes entrevistados são relativamente unânimes na nossa investigação. Não é pertinente comparar o GEIPAN com um laboratório clássico de investigação que produziria novos conhecimentos avaliados por pares num campo científico atravessado por normas de verificação e de prova que passaria, por exemplo, pela reprodução dos experimentos. Mas podemos convir em considerar que os trabalhos do GEIPAN respondem a um modo de racionalização que se inspira na abordagem judicial. As provas procuradas ou reunidas são da ordem do indício. Este pode ser muito robusto e fornecer assim uma explicação totalmente pertinente. Por vezes, a conjectura indiciária só permite produzir um discurso sobre o provável, com graus variáveis. Mas em todos os casos, a peritagem produzida mantém a prova e a explicação racional como um horizonte de espera intangível. Nas entrevistas, os atores e atrizes do GEIPAN demonstram todos e todas uma extrema prudência ao avançar as suas conclusões. Sobretudo, o testemunho, que muito frequentemente constitui o ponto de partida da investigação, não é tomado como outra coisa que não um elemento entre outros na reconstituição do fenómeno a explicar. É profundamente respeitado, mas nem por isso sacralizado, porque a sua fragilidade é conhecida e a sua maleabilidade é proverbial. É considerado a priori digno de interesse, mas a sua fiabilidade será sempre questionada, tal como, aliás, todos os outros elementos recolhidos, eventualmente ao longo da investigação. O último eixo que estrutura a investigação do GEIPAN diz respeito à defesa nacional. É um elemento que estava pouco presente no relatório de 2001 mas que ganhou peso nos anos recentes, como mostra a evolução dos ângulos jornalísticos no tratamento mediático do GEIPAN. Enquanto o serviço se associava sobretudo ao paranormal ou às ciências do espaço até aos anos 2000, desde então tem sido ligado a questões de segurança aérea e defesa nacional. O renascimento ufológico nos Estados Unidos de há uma dezena de anos, intrinsecamente ligado ao tema do segredo militar, tem que ver. Mas é de supor que as recentes tensões internacionais, assim como as novas tecnologias em matéria de espionagem ou de ataque com drones, também empurraram os governos e os estados-maiores a interessarem-se pelos fenómenos aeroespaciais estranhos. É, portanto, notável constatar o desfasamento entre, por um lado, as fantasias geralmente associadas aos OVNI e, por outro, o carácter muito rotineiro, muito pragmático, racional da atividade do GEIPAN, particularmente desde a refundação do serviço há uns vinte anos. À pergunta «são os OVNI um tema sério?», o Estado francês tem respondido há muito à sua maneira, dando prioridade à comunicação com o público, sem descuidar os desafios militares e científicos. Obrigado pela vossa atenção. Só vou refazer a ligação da videoconferência antes que ela caia. Senhor Pinsolle, 30 segundos. A política é por vezes muita agilidade. Vamos dividir em duas a primeira intervenção, passar o microfone a

Pierre Lagrange, e depois terminaremos a primeira intervenção logo em seguida. Mas creio que toda a gente tem o fio na mente. Deve continuar ativo — já está.

Pierre Lagrange (antropólogo, EHESS)

Muito obrigado. Obrigado pelo vosso convite. Interesse-me por este tema há 40 anos, e quero dizer que há 40 anos nunca teria imaginado encontrar-me aqui a falar de OVNI. E mesmo hoje, devo dizer que, bem, sou sociólogo, estudei as controvérsias científicas, como o Arnaud, sou sociólogo das ciências. E há 40 anos, e ainda hoje, cada vez que me perguntam sobre os OVNI, é para me colocarem sempre a mesma pergunta. Porque é que uma parte das pessoas acredita nestas coisas? No fim de contas, porque é que as pessoas acreditam em coisas que não existem? E pedem-me que explique porque é que uma parte da população caiu no irracional. Mas o que se vê hoje, particularmente nesta reunião, é que a situação evoluiu um pouco. O problema já não se coloca apenas nesses termos. Mas continua a ser muitas vezes o caso. Interessei-me em particular pela forma como começou o debate sobre os discos voadores — na época chamavam-lhes assim — nos Estados Unidos em 1947. E muitas vezes esse debate é apresentado como a emergência de uma crença popular, de um fenómeno de irracionalidade. Aproximo-me, é melhor. Portanto, apresenta-se muitas vezes como a emergência de um fenómeno de crença popular e de uma crença ligada à ficção científica ou à guerra fria. Quem diz isso não leu os artigos de imprensa, porque eu fui aos Estados Unidos, revolvi a imprensa da época, e o que é singular no debate sobre os discos voadores que começa é que não é de todo um debate que opõe crentes e não crentes, não é de todo um debate que materialize a emergência de uma crença popular: é um debate que materializa a emergência da crença na crença dos outros. Compreende-se bem o que quero dizer: em 1947 não há pessoas a sair da floresta a explicar que viram discos voadores e que acreditam neles. Há um debate que nasce na imprensa e que consiste em perguntar porque é que esta visão rumorejada está a pegar. E assim que o debate arranca, associam-no a outros dois fenómenos. Vão perceber depressa porquê. Um dos fenómenos evocados é Orson Welles, o pânico que teria desencadeado em 1938. E assim, na esteira do meu interesse pelos discos voadores, durante muito tempo tive evidentemente de me reportar a essa história de Orson Welles e investigar o assunto. E de facto, quando se retoma a imprensa e os acontecimentos da época, o que se descobre é que o famoso pânico desencadeado por Orson Welles nunca teve lugar. É uma invenção dos media e das elites no dia seguinte. Portanto ao comparar os discos voadores com o medo de Orson Welles, participa-se em estigmatizar uma parte do público como crédula e irracional. E o outro fenómeno evocado durante o verão de 47, quando se falava de discos voadores, é o monstro do lago Ness. O monstro do lago Ness nasce em 1933, e em traços gerais os jornais explicam que os discos voadores são a versão aerodinâmica do monstro do lago Ness. Mas também aqui, quando voltamos a 1933 e aos dossiers da imprensa sobre o monstro do lago Ness, o que se constata não é que as pessoas comecem a acreditar que há um monstro no lago escocês, mas que há uma espécie de furor, de fascínio por essa credulidade que subitamente afetaria os escoceses. E vemos jornalistas de Londres a disfarçarem-se de caçadores coloniais, a irem gozar com os escoceses e a perguntarem porque é que esses pobres escoceses sofrem de alucinações e veem serpentes marinhas no seu lago. Portanto, o muito interessante neste tema é que, mesmo hoje, assim que se coloca, coloca-se mal. E o verdadeiro problema é como se coloca a pergunta sobre este tema. Porque justamente procuramos sempre isolar a crença, a credulidade, essa parte do público que seria irracional. Ora, o verdadeiro problema é a nossa obsessão, literalmente, em encontrar credulidade irracional. Vivemos numa sociedade que se construiu durante os quatro últimos séculos sobre a sua separação da natureza, que consistiu justamente em constituirmo-nos em sociedade que se queria distinguir da natureza e de outros povos, os chamados povos

selvagens, e no interior da nossa própria sociedade, das partes da população consideradas supersticiosas: as mulheres eram histéricas, os camponeses supersticiosos, as multidões irracionais. E assim, no fundo, os discos voadores são um dos subprodutos desse esforço de modernização que consistiu em construir a nossa sociedade sobre a construção de margens, e o facto de marginalizar uma parte dos outros atores. A modernidade parecia ter esse preço, o de excluir uma parte dos outros. E o problema — visto que não faço a sociologia que se espera de mim, mas o meu interesse é a sociologia e as ciências —, uma das minhas perguntas foi tentar compreender: como fazer evoluir este debate, como sair desta colocação em questão sistemática dos outros como crédulos e irracionais, e como tentar constituir este objeto como um que pudesse ser digno de estudo, digno de atenção — um pouco como se tenta hoje. E isso, de facto, aconteceu. E sobretudo, ao longo da história dos OVNI, manteve-se toda uma série de ambiguidades. Em particular sobre a relação dos OVNI com a ciência. E porque muito depressa, em 1947, no início, os jornalistas procuraram os militares, porque se supunha serem armas secretas. Muito depressa os militares responderam-lhes que não, que isso não corresponde a nada do que possa voar no céu. Mas sobretudo, os militares transformam-se logo em psicólogos, perguntando o que são essas testemunhas que contam ter visto coisas. Portanto logo, a discussão vira para a psicologização do debate. E o interessante é que os jornalistas irão depressa procurar os cientistas. Vão procurar astrónomos, vão procurar físicos, para tentar identificar essas coisas. E aqui também, os cientistas que não tinham estudado o tema, que nunca tinham encontrado uma testemunha nesse momento, ouvem falar do fenómeno unicamente pelos relatos da imprensa, mas a maioria desses cientistas transformam-se em psicólogos e sociólogos espontâneos e põem-se a discutir e a discorrer sobre a credulidade popular. Vê-se então que o tema evoluirá assim durante décadas, e será preciso esperar que a USAF, a partir de 1947-1948, peça explicitamente a cientistas que estudem o tema, para que alguns engenheiros e astrónomos — entre outros, um astrónomo hoje célebre, Hynek, que esteve no observatório de Chicago e investigou este tema para o exército durante uns vinte anos — esses investigadores se confrontem com os factos durante longos anos para que, pouco a pouco, a situação evolua. O verdadeiramente interessante é que, de facto, este problema, desde o início, tem sido constantemente mal colocado. Tem sido constantemente remetido a todas essas perguntas do domínio do irracional. De tal modo que hoje podemos perguntar-nos se chegámos realmente a uma situação em que talvez se possa considerar colocar o problema de outra maneira, levá-lo a sério, ou se estamos num parêntesis, por que razões? E aqui gostaria, se me resta um pouco de tempo... cinco minutos? Ok. Gostaria de mencionar também que, entre o momento em que comecei a interessar-me por estes temas e hoje, uma vez que o debate se pode colocar no plano da ciência, há que assinalar que a ciência evoluiu muito. Quando comecei a estudar este fenómeno, a ciência estava, em traços gerais, ao serviço da civilização ocidental e do progresso ocidental. Era, portanto, uma ciência com um objetivo bastante preciso. Hoje cada vez mais cientistas consideram que já não estão unicamente ao serviço do progresso ocidental, mas ao serviço do interesse geral do vivo. O debate mudou. Então, poderá a questão dos OVNI fazer parte de uma maneira de renovar as questões científicas introduzindo novos atores e transformando um debate cujo fim era, grosso modo, explicar as coisas simplesmente, colonizar a natureza? Esse foi o princípio da ciência durante muito tempo. A natureza fora construída como um stock de recursos que era preciso explorar, dominar, governar. E hoje a ciência evoluiu e, sob o efeito, em particular, da crise ecológica, os debates científicos transformaram-se enormemente, o que permite esperar que os debates sobre temas como o nosso possam evoluir na mesma linha. E aqui uma última observação: o debate sobre os OVNI evoluiu, mas de maneira bastante paradoxal a partir dos anos 90. Não sei se há muitos aqui que tenham visto a série Ficheiros Secretos, imagino que sim. Eu interessava-me pelo tema desde o início dos anos 80. E a partir de 1995, algo mudou. Passámos de um mundo onde a ciência estava

ao serviço do progresso, onde os OVNI eram uma forma de credulidade, para um debate no qual, após a série Ficheiros Secretos e os debates sobre o caso Roswell, o debate público sobre estes temas transformou-se. Passámos da acusação de irracionalidade à acusação de conspiracionismo. Aqui também há um ponto muito interessante, ou seja, que por um lado vimos estes temas ganhar em popularidade, ao passo que antes dos anos 90 eram completamente subterrâneos: a partir de 1995 tornaram-se cada vez mais visíveis. Mas tornaram-se cada vez mais visíveis porque eram denunciados de maneira muito mais forte. Antes eram denunciados como irracionais. A partir de 1995, eram denunciados como crenças conspiracionistas. E a noção de conspiracionismo começou a estender-se ao conjunto da sociedade. Porque quando se falava de fenómenos irracionais nos anos 80, eram fenómenos de nicho. Os OVNI eram algo relativamente marginal. A partir de 1995, e com a emergência de acusações de conspiracionismo, vimos transformarem-se estes debates, mas também os debates de sociedade. Ou seja, entrámos numa época em que, na minha opinião, sob o efeito de vários fatores — a emergência da Internet, que alargou a democracia, o debate democrático, e a emergência da questão ecológica —, tivemos uma transformação das relações com as ciências, mas também das relações entre elites e sociedades. E as velhas elites, que até então tinham o monopólio da palavra, uma vez que os media eram acessíveis a poucas pessoas, viram-se confrontadas com novos media que permitiam a qualquer um tomar a palavra. E isso, creio, transformou o tema, mas transformou-o, como veem, de maneira bastante paradoxal. Ou seja, por um lado vimos este tema ganhar audiência, daí estarmos reunidos aqui hoje. Mas por outro lado, o aspeto, digamos, um pouco mais sombrio, é que também vimos as nossas sociedades dividirem-se em duas por estas acusações de conspiracionismo que se estendem por toda a sociedade. Não tenho a certeza de termos ganho uma volta; digamos que se passa algo, mas dependerá da maneira como formos capazes de nos apoderar deste tema e fazer algo que vá além da simples guerra de sociedade entre aqueles que consideram ter o monopólio da razão e aqueles que o consideram irracional e a afastar nestes debates que, creio, nos comprometem a todos. Obrigado. Muito obrigado. Vamos terminar a primeira intervenção, é um pouco de ginástica cognitiva, de Dominique Pinsolle, se me ouvir. Muito obrigado. Na verdade, com Jérôme redigimos o nosso texto a dois, portanto prefiro esperar para reagir a perguntas posteriores e dar tempo de palavra a outros. Nada a acrescentar? Não, já passei a vez. Ok. Bom, encadeamos então com a apresentação de Luc Dini, encarregado em princípio. Pierre? Sim, ok.

Luc Dini (engenheiro, presidente da comissão SIGMA2, 3AF)

Boa tarde senhoras e senhores, senhores deputados, obrigado por terem preparado este encontro sobre os OVNI, sobre os FANI. Primeira pergunta: sou crente nos OVNI? Serão os OVNI uma fantasia? Será outra coisa? Depois de passar um certo número de anos em atividades técnicas, e em particular no seio da Associação Aeronáutica e Astronáutica de França, que não é uma consultora de parapsicologia, mas uma sociedade dita sábia, que trabalha sobre aeronáutica e espaço com grupos industriais, instâncias do Estado, entre elas o CNES, a Direção-Geral de Armamento, e também a aviação civil, resolutamente e com clareza, estamos perante fenómenos físicos, fenómenos físicos que se observam, que se registam. Naturalmente, em torno da constatação desses fenómenos, pode haver geração de fantasias, de crenças, é óbvio. Diapositivo seguinte. O que quero explicar-vos, em poucas palavras, é o que é a comissão Sigma 2 que presido na Associação Aeronáutica e Astronáutica de França. Esta comissão foi criada em 2008 pela 3AF, na sequência, aliás, ou na continuidade de uma comissão chamada Comité para os Estudos em Profundidade. A

missão atribuída era conduzir trabalhos de natureza científica sobre o que são os fenómenos aeroespaciais não identificados. Para isso utilizámos, de certo modo, uma bússola que têm nesta figura, que representa cinco eixos de trabalho. Primeiro, a investigação documental e as bases de dados, porque falar de FANI durante horas é uma coisa; olhar para os dados e tentar analisá-los, é outra, é o que permite progredir. Dados próprios, evidentemente, e trabalhamos estreitamente com o GEIPAN, com o CNES, voltarei a isto. Através da cooperação, podemos também favorecer, mediante comunicações recíprocas, a troca de informação, em particular com instâncias estrangeiras. Uma vez que temos estes dados, o que podemos fazer? Podemos fazer análise de casos e mergulhar verdadeiramente na matéria, tentar compreender o que se passou, o que se observou, o que se registou. Realizamos também estudos físicos: estudos físicos sobre radiações, estudos físicos sobre a interação entre os fenómenos aeroespaciais não identificados e o meio circundante, por exemplo a atmosfera. E para isso, evidentemente, precisamos de meios de observação ou de nos interessarmos pelos meios de observação. Esse é o quinto eixo. A comissão reúne aproximadamente uma trintena de pessoas de origens diversas, com um eixo de defesa muito forte. Hoje temos mesmo entre nós alguns engenheiros gerais ou contra-almirantes ou pilotos de caça, um general de brigada aérea. Como veem, há militares — de novo, gente séria. E depois temos investigadores do domínio civil, do domínio militar, mas também psicólogos e médicos. Não está aqui hoje, mas veem, temos uma população muito diversificada. Diapositivo seguinte. O que fazemos com estas competências? Não vos vou fazer uma exposição sobre o GEIPAN, porque Frédéric Courtade o fará muito melhor do que eu daqui a pouco. Simplesmente, o que é preciso perceber é como se trabalha em França. A parte de cima, se quiserem, é a parte que corresponde à agência oficial, que é o GEIPAN. A sua missão consiste, em primeiro lugar, em receber um certo número de testemunhos e, a partir daí, realizar investigações, investigações no terreno. O que nós não fazemos de todo — a comissão Sigma 2. Não é a nossa vocação. A partir daí, haverá uma reflexão que será conduzida à luz dos resultados da investigação de campo, por parte de peritos, peritos do painel do GEIPAN. Alguns membros da comissão Sigma 2 participam nestes trabalhos e contribuem para a classificação dos casos. Os não identificados são os casos D, e depois há casos bem identificados, fiáveis, etc. Não entro no detalhe do mecanismo, mas o GEIPAN assegura a interface com as testemunhas, com a gendarmaria, com a força aérea e do espaço. Nós, na realidade, estamos na parte de baixo do diagrama, se quiserem, onde conduzimos trabalhos de seleção de casos, análises em profundidade para tentar ver se no final, num último impulso, somos capazes de explicar ou não os fenómenos. E mesmo quando não os explicamos, então o que tentaremos fazer é caracterizá-los, ou seja, tentar delimitar a anomalia. Para compreender melhor mais tarde, talvez explicar, ou pelo contrário, progredir em ciência e técnicas. E isto faz-se em território francês, mas também em cooperação com outros. Fizemos análises de casos, por exemplo para o Chile. Voltarei a isto num instante. Diapositivo seguinte. Nesta espécie de bestiário, têm casos assinalados com círculos vermelhos. Tudo o que corresponde ao fenómeno desconhecido, incompreendido. Em cima têm desenhos que correspondem a esboços feitos por pilotos e copilotos da Air France que se confrontaram há uns anos com uma observação de OVNI, de FANI, no céu francês. Estranho, porquê? Porque são formas alongadas, que mudam de forma, que se tornam formas pontiagudas, etc. Uma das características, para além das acelerações extraordinárias constatadas em muitos casos, é por exemplo a mudança de forma. Evidentemente, temos especialistas que trabalham sobre os efeitos do raio, do raio em bola, etc. Assim conseguimos ter quadros azuis, se quiserem, coisas que conseguimos identificar. Ainda assim, há objetos que escapam às explicações e colocam questões muito interessantes. Qual é a física que os governa? Qual é a interação que se produz com o meio circundante? E, além disso, tratar-se-á de artefactos de origem X ou Y? Talvez chineses, talvez russos — são as perguntas que os americanos se fizeram —, talvez vindos de outro lugar. Mas nessas

condições, qual é a física que os anima? Diapositivo seguinte. Seguinte. Aqui vou explicar-vos qual é o método de trabalho. Neste caso, confrontam-se com uma espécie de resumo que vou tentar explicar simplesmente, sobre um caso que o equivalente do GEIPAN no Chile nos apresentou em janeiro de 2017. De que se trata? Um helicóptero que veem no canto esquerdo, em baixo — um helicóptero da marinha chilena, equipado com uma câmara infravermelha e uma câmara visível — vê um objeto. E este objeto, percebido pela câmara — no meio, têm umas vinhetas cinzentas com alguns pontos pretos —. Esses pontos pretos são as emissões infravermelhas. Portanto os chilenos dizem-nos: «Ouçam, é simples, temos um objeto que não compreendemos, não é visível no radar, temos uma câmara infravermelha que nos dá sinal, o que é?» Aprofundando um pouco, apercebemo-nos de que diziam «invisível no radar», mas dissemos-lhes: «Têm os dados de radar além dos dados infravermelhos que nos forneceram?» A partir daí conseguimos trabalhar, e realizámos um inventário bastante exaustivo do tráfego aéreo em torno de Santiago do Chile. Graças aos nossos especialistas em deteção infravermelha, mas também radar, conseguimos cotejar a informação e também fazer uma modelização térmica de diferentes aviões, entre eles um Airbus A340. O resultado, se quiserem, é a sequência seguinte. No ponto número 1, na realidade, não se vê nada, porque se olha para o avião mais ou menos a 80 km de frente. Não há sinal infravermelho detetado pela câmara. No ponto número 2, temos o avião começando a virar. Vemo-lo ligeiramente de lado. Temos três pontos quentes. Portanto tudo começa a encaixar bem. E no ponto número 3, o avião afasta-se, ganha altitude. E no final encontramos-lo a 9000 metros de altitude, a 180 km de distância, com um rasto de condensação. Dir-me-ão: no final não há mistério aqui, não é muito interessante. É-o, porque permite testar os meios de análise e portanto a nossa capacidade, no fundo, de explicar. Se a nossa capacidade de explicar se confronta com o desconhecido, podemos dizer então que sim, aí há um problema, e vamos tentar delimitar o problema. Diapositivo seguinte. O caso seguinte é bastante interessante, ocorreu em 2007 nas ilhas anglo-normandas. Um avião de transporte regional — veem a cabina à direita — desce por uma rota norte-sul para as ilhas, e o comandante vê a bordo materializar-se um OVNI no seu campo visual. O interessante é que fez um esboço, e o chefe controlador de Jersey constata que há um traço radar de várias centenas de metros. Aí, se quiserem, é bastante anormal. Coloca-se a questão: de que se trata? No diapositivo seguinte não vou entrar em detalhe porque seria demasiado longo. Não, o seguinte, por favor. Novamente, obrigado. Realizámos um trabalho minucioso de análise dos ecos radar. É como um puzzle, se quiserem. E nesse puzzle, o que fazemos? Aqui temos dois radares, se quiserem, que apontam. Um radar em Jersey com a linha vermelha, que vai para P1, a pista 1, e um radar que corresponde à linha azul, que vem de Guernsey. Cruzamos a informação e observamos flutuações muito importantes, com níveis de refletividade radar muito altos. Concluo rapidamente. Não encontramos a solução. Continuamos a trabalhar nisto. Vamos tentar adicionar novos peritos às nossas análises. Mas o que é certo, se quiserem, é que há correspondência entre este tipo de ecos radar muito intensos e o que viu o chefe controlador em Jersey. O que é? Não sabemos. Aí têm, digamos, outro método, outra investigação, para analisar os efeitos dos radares, os efeitos dos FANI. Diapositivo seguinte. Não vou entrar em detalhe nesta, mas Jacques Vallée, muito conhecido no domínio da ufologia e das ciências, forneceu-nos algumas amostras metálicas que tratámos há uns anos para tentar compreender de que eram feitas. Também tivemos, há dois anos, a oportunidade de fazer uma análise de uma casca que tinha sido irradiada por um FANI, digamos, considerado inexplicado pela USAF, e concluímos que essa casca tinha sido irradiada por um nível muito alto de energia e potência, da ordem de 600 MW. Ou seja, a potência de uma central nuclear. São também estes os trabalhos que realizamos. Último diapositivo. Gostaria de chegar, no fundo, às nossas recomendações. A primeira é que em França temos uma estrutura que existe e para a qual precisamos de mais dados. Perceberam bem que há muitos testemunhos, testemunhos

humanos. Precisaríamos de mais registos para podermos aprofundar o tema e podermos caracterizar melhor os fenómenos aeroespaciais não identificados. Uma observação, se quiserem, uma recomendação, seria ter ligações entre bases de dados, e em particular com a base de dados do CNES, com mais dados técnicos. Também incentivar os pilotos e controladores a apresentarem o seu próprio testemunho. Muitos não se atrevem. Depois, realizar estudos em profundidade, no quadro dos peritos do GEIPAN, sobre a base destes novos campos de dados, dados físicos, que permitiriam progredir. Estudos físicos também, é o que tentamos fazer na 3AF, Sigma 2, em ligação com escolas de engenharia ou com universidades. Trata-se de trabalhar sobre a matéria e assim normalizar o tema realizando investigações. Trabalhamos também sobre as capacidades de observação. O laboratório de investigação sobre o raio, cujo diretor faz parte da comissão Sigma 2, também, digamos, aceitou fornecer-nos um certo número de dados para que possamos testar técnicas de inteligência artificial e tentar delimitar fenómenos estranhos. Aí têm. Em resumo, esta comissão não está aqui para tratar fantasias. Não está aqui para tratar coisas imaginárias, está aqui para tratar da realidade física e para tentar aportar, seja ao CNES e ao GEIPAN em França ou a agências estrangeiras, algumas explicações sobre a realidade destes fenómenos. Obrigado.

Perguntas e respostas após a primeira mesa redonda

Obrigado por ter controlado o tempo de maneira muito séria. Temos uma pequena sequência de 15 minutos de perguntas e respostas que iniciaremos com Pierre. E depois faremos circular o microfone. Mas será preciso ser muito eficientes. O formato na Assembleia é de um minuto no máximo. Mas verdadeiramente, é terrível. Sabemos. É uma atrofia da palavra. Nas perguntas, sejam breves. Assim as respostas serão fundamentadas. Eu, talvez, tenha uma primeira pergunta. Na realidade, as intervenções foram simultaneamente complementares, cumulativas e ao mesmo tempo não completamente concordantes, tenho a impressão, sobretudo na questão das crenças, etc. E sobre a realidade do fenómeno, que, do ponto de vista sociológico ou antropológico, não é forçosamente o primeiro interesse. Então, do ponto de vista da investigação, perguntava-me muito intuitivamente como se constrói também uma forma de interdisciplinaridade sobre estas questões, sabendo que aqui temos engenharia, física, astronomia, mas também ciências humanas e sociais. A primeira pergunta que gostaria de vos fazer, em todo o caso aos primeiros panelistas, é como se fabrica o espaço de um saber ao mesmo tempo cumulativo, interdisciplinar e que visa aproximar-se cada vez mais do conhecimento destes fenómenos. Primeira pergunta, que reconheço não é totalmente evidente. A questão, precisamente, é saber que fenómeno procuramos. Entende-se por fenómeno um fenómeno físico recorrente objeto de observações e que resiste às explicações, digamos, convencionais, ou entende-se por fenómeno, um fenómeno antes de mais de observação, e um fenómeno, digamos, social, e uma exigência política e cidadã? De facto, a questão dos OVNI está sempre entre as duas. Do ponto de vista sociológico, em todo o caso da história e da sociologia das ciências, o reflexo que se vê no GEIPAN é na realidade primeiro o reflexo da acumulação de dados, da normalização desses dados, da constituição de uma base de dados a partir da qual se pode trabalhar, a partir da qual se pode eliminar muitos casos — ainda não se disse, creio, mas os casos inexplicados na base de dados do GEIPAN são muito marginais, da ordem dos 2 ou 3 %. E depois, o objetivo desta base de dados é pô-la à disposição de todos para eventualmente fazer estudos mais aprofundados, e mesmo estatísticas sobre os casos inexplicados, em particular. Digamos então que o primeiro reflexo para estudar o fenómeno com as aspas que correspondem, é antes de mais a acumulação de dados. E sobre esse trabalho há toda uma metodologia que agora tem meio século, que foi sendo posta em marcha pouco a pouco, e que hoje permite ter uma base de dados pública,

totalmente transparente, integralmente online, que permite ter estudos de casos que podem ser comparados e a partir dos quais se podem eventualmente fazer outras estatísticas. O problema com os OVNI é que, quando se veem as reações que suscitaram desde o início, desde 1947, creio que é interessante recuar um pouco mais longe, porque, de facto, os OVNI são dados testemunhais. Ora, a construção das ciências modernas, entre o século XVII e hoje, fez-se precisamente a partir de dados testemunhais, mas saindo muito rapidamente desse domínio do testemunho para transformar os testemunhos dos cientistas em observações e os cientistas em instrumentos, e dotá-los de instrumentos que permitiam precisamente prescindir dos debates sobre a subjetividade. Portanto o problema dos OVNI desde o início é que é um fenómeno que corresponde ao tipo de ciência que se fazia no século XVII, a que fazia Robert Boyle. Porque Boyle era ao mesmo tempo dados provenientes de instrumentos, mas também muitos dados da ordem do testemunho. Nas atas das revistas da Royal Society nos séculos XVII e XVIII, encontram-se histórias de fenómenos aéreos, fenómenos lacustres, muitas coisas do domínio da observação. E precisamente, quando se vê a evolução e a construção da história das ciências ocidentais, todos estes dados foram rapidamente excluídos. Ou então, no caso da zoologia ou de outros domínios, ou da meteorologia, os observadores, as testemunhas, foram transformados em instrumentos. Portanto o problema dos OVNI é como conseguimos tomar dados que, de facto, foram excluídos do campo científico para reconstruir algo que seria uma ciência legítima, mas que, assim que se sai das redes finas que a ufologia constituiu, nos apercebemos de que não se sustenta por muito tempo. Há aqui um desafio realmente importante: como fazer com que estes dados se sustentem enquanto durante séculos o trabalho da ciência foi atirá-los borda fora, para falar francamente. Aí está o problema. Temos algo que, até agora, nunca conseguiu sustentar-se, porque era considerado como dados que precisamente não permitiam constituir factos, o que se chama factos em ciência. E apenas um pequeno comentário à parte: quando iniciou a sua exposição disse «aqui não fazemos parapsicologia». Permite-me recordar-lhe amavelmente que a parapsicologia tem uma existência académica muito mais assegurada do que a ufologia? Não era uma crítica à parapsicologia, era a confissão de uma ignorância. Ocupamo-nos dos FANI e não da parapsicologia, mas é um domínio muito interessante. De facto, temos um filósofo na equipa Sigma 2 capaz de nos dar um curso sobre Descartes e os OVNI. Mas pode falar-se de Camille Flammarion e a parapsicologia, etc. No final, é questão de escolha do tema. Pronto. Mas Descartes fez parte dos que precisamente excluíram os OVNI. O Tratado dos Meteoros é um tratado do tipo Menzel no século XVII. É um tratado que excluiu os fenómenos que se podem observar como não pertencendo à filosofia experimental. Aí está o problema. É preciso reintegrar tudo isto, no fundo, os testemunhos, e depois os dados físicos sobre os quais insisti muito. O testemunho é indubitavelmente importante, uma vez que são os primeiros elementos que permitiram notar a existência destes fenómenos. Quanto a saber o que são os fenómenos, ter quantidades mensuráveis, é outra história e é uma dificuldade. Hoje temos, digamos, nos nossos trabalhos, por exemplo, trabalhos realizados por uma psicóloga sobre, digamos, o impacto dos encontros próximos na psicologia das testemunhas. Isso é uma coisa. Por outro lado, como vos expliquei — e não vou repetir —, tentamos, digamos, recuperar dados, sejam de origem radar, ótica ou outra, dos fenómenos observados. Ainda assim, há um aspeto um pouco intermédio: olhar, a interação entre o fenómeno e o meio. Haverá uma radiação que se produzirá. Provém do próprio fenómeno ou da interação do fenómeno, por exemplo, com o meio atmosférico? E podem ter exatamente o mesmo no ser humano. Ou seja, pode-se constatar um encontro próximo e esse encontro próximo trará marcadores que ficarão, digamos, impressos no corpo humano, e produz radiações, etc., que também podem orientar sobre indicações relativamente à fonte, digamos, proveniente do fenómeno. Mas tudo isto é um trabalho bastante considerável e lento. Jérôme mencionou-o, talvez, em réplica. Dividimos o trabalho com Dominique, é ele quem responde. Ah, sim, de acordo. Ele

respondeu, perfeito. Obrigado. Pierre, tens uma pergunta? Temos espaço talvez para duas perguntas muito breves, entenderam a regra. Os microfones vão circular. E alternaremos pessoas, homens-mulheres, mulheres-homens. Viram que... Sim, três minutos. Alexandre Sheldon Dupley, estou de licença do serviço histórico da defesa. Expresso-me a título pessoal. Uma pergunta para vós, senhores parlamentares. Gostaria de saber porque é que, na vossa introdução, não citaram os vossos colegas americanos que se manifestaram esta semana e a semana anterior. Os termos da vossa apresentação do tema são de um contraste tal, digamos, com o que dissestes, que merecem ser sublinhados. Temos a representante da Florida, Luna, que pediu à Casa Branca que proteja os denunciantes que possam conduzir quem o desejar aos locais onde se encontram os veículos recuperados e os restos biológicos de seres não humanos. E cito a representante da Florida, Paola Luna. Trataremos destas questões especificamente na terceira mesa redonda. E não temos resposta para tudo. Perceberam que o desafio deste colóquio é também deslocar o foco para França. Há uma grande atualidade, com efeito, nos Estados Unidos. Mas creio que também se sobrepõe à compreensão do objeto a partir do velho continente, e é uma aposta que fizemos, sem dúvida discutível, mas em todo o caso abrimos o debate. Bom dia, Rosaline Dalméda, sou geomática, tenho uma pergunta relativa precisamente à integração das problemáticas ligadas à psicologia social e, eventualmente, também com o olhar da psicologia, porque nos casos, por exemplo, não sei, sejam de testemunhos ou mesmo eventualmente de encontros, em todo o caso, há sempre um aspeto humano neste tipo de problemáticas. E, em consequência, seria para saber se há uma implicação bastante importante, precisamente, seja de sociólogos, de psicólogos ou mesmo, de outros, que possam ter a capacidade de relacionar diretamente as observações, que são plenamente físicas e materiais, com as perceções humanas e todos os enviesamentos, e também, como dizer, os aspetos culturais e gerais que aí há. Isto. Pierre, queres responder em um minuto e meio no máximo? Não tenho a certeza de ter — há psicólogos hoje que trabalham sobre o que se chama as experiências extraordinárias, que vão da parapsicologia à ufologia, cobrem um amplo espectro de experiências, e que recolhem esses factos e os analisam sem postura reducionista como se fazia durante muito tempo. Creio que seria preciso abordar esse tipo de pessoas. Mas há trabalhos que existem há muitos anos. Não sou perito nestes temas. Só queria assinalar a sua existência. Vamos encadear com a segunda mesa redonda. Obrigado por esta primeira ronda. Era uma boa maneira de entrar no tema. Assim, chamo Frédéric Courtade, Mathieu Courtaban, Jérémy Moyal, Michaël Vaillant e Gilles Munsch, por favor. Bem, depois de termos começado a abrir brechas e refletir sobre as maneiras de construir esta gama de objetos, de fenómenos, do ângulo das ciências humanas e também do que a comissão Sigma 2 produz com métodos, etc., encademos com a mesa redonda sobre os trabalhos oficiais sobre os FANI por parte do GEIPAN e da força aérea e do espaço. Vamos continuar a explicitar o como. É importante saber como se trabalha sobre estas questões. Começamos por Frédéric Courtade, diretor do GEIPAN, a quem agradeço vivamente por ter vindo até aqui, apesar dos problemas com os comboios, etc.

Frédéric Courtade (responsável, GEIPAN)

Devolvo os agradecimentos por ter organizado esta tarde. Dirijo o GEIPAN há dois anos e meio. O GEPAN, o antecessor do GEIPAN, foi criado, poder-se-ia dizer, mesmo inventado, há quase 50 anos. Era uma época muito marcada por observações de OVNI, por vezes até vagas de observações de OVNI, que apaixonavam tanto como podiam inquietar toda uma franja da população. E assim, em meados dos anos 70, o ministro das Forças Armadas, Robert Galley, deteve-se numa entrevista sobre este estado de coisas, insistindo no carácter pouco conhecido destes fenómenos ou objetos observados no céu que não podiam ficar assim, por pouco que pudessem causar pelo menos inquietações, ou riscos para o tráfego

aéreo, um setor em pleno desenvolvimento na época. Tratava-se também de estudar estes fenómenos, batizados FANI, de maneira racional, com o contributo da ciência, porque a maioria das análises feitas na época, pelo menos as que chegavam aos media, declinavam mais ou menos razoavelmente para o sensacional, trazendo no fundo mais perguntas do que respostas. O presidente do CNES em exercício naquele período abundou nesta abordagem trazendo um aval científico que legitimava de certo modo um organismo dedicado ao estudo destes fenómenos. Depois Hubert Curien, que lhe sucedeu à frente do CNES, adstritiu o GEPAN ao seu organigrama em 1977. Claude Poher, primeiro diretor do GEPAN, foi encarregado de organizar as suas novas atividades para a casa CNES. Foi-lhe atribuído pessoal, meios de funcionamento, zelando por que o que saísse do estudo destes fenómenos estivesse cientificamente fundamentado, com um conselho científico nomeado diretamente pelo presidente do CNES, encarregado de validar. A validação destes estudos não devia, sobretudo, prejudicar a imagem científica do CNES, pioneiro das ciências espaciais desde 1962. Assim, o GEPAN teve rapidamente cobertura mediática, atribuíram-se-lhe missões de investigação sobre os OVNI, sobre a hipótese extraterrestre, e conheceu uma fase de expansão até 1988, quando foi então substituído pelo SEpra, serviço de estudos dos fenómenos de reentrada atmosférica. Depois, a partir de 2000, as reentradas atmosféricas foram retiradas da sua competência. O serviço reconstituiu-se então como serviço de peritagem dos fenómenos raros aeroespaciais, cuja missão devia recentrar-se na recolha de informação relativa a observações e na constituição de bases de dados e testemunhos. Em 2001 houve a auditoria de que falámos antes, encomendada pela direção do CNES, e a direção do CNES decidiu reorganizar o SEpra criando o GEIPAN, o GEIPAN atual, com o I que se acrescenta ao acrónimo original, o I de informação. As recomendações da auditoria servem de base para a organização e funcionamento do GEIPAN de hoje, uma vez que as missões estão articuladas em torno da informação sobre os FANI, informação e transparência das atividades para da informação sobre os FANI, informação e transparência das atividades para o grande público — são as obrigações nos processos. Tratava-se de esquivar todas as críticas por um suposto defeito de transparência que se atribuía precisamente ao CNES, e portanto ao Estado, sobre o tema OVNI. Na primeira manifestação destas duas ambições de informação, está quando se empreendeu o vasto trabalho de classificação e digitalização dos arquivos por Jacques Patenet, primeiro diretor do GEIPAN, que, graças a uma refundição metodológica, conseguiu apresentar já em 2009 aproximadamente 30 % dos dossiers arquivados nas caves do GEIPAN, graças a um sítio web criado nessa ocasião. O grupo autorizou-se a abrir os seus arquivos públicos, iniciativa sem precedentes que marca um grande avanço em transparência e acessibilidade dos dados sobre estes fenómenos. Uma decisão inovadora que rapidamente atrai a atenção dos media do mundo inteiro. Assim, talvez tenhamos certeza sobre todas estas questões. A recolha, a análise, a investigação e a informação mediante a publicação de casos de observação estranhos investigados constituem a missão do GEIPAN contemporâneo. Dentro do CNES, goza de uma muito forte autonomia para se dirigir diretamente ao grande público, uma vez que está antes de mais ao seu serviço, respeitando a ética requerida pela casa CNES, evidentemente, e o regulamento geral de proteção de dados pessoais de todas as testemunhas e colaboradores externos do GEIPAN-CNES. A recolha é primeiro a recolha de testemunhos, a fonte privilegiada é o sítio web do GEIPAN. Passem ao outro diapositivo. Isso. É então... o testemunho, na realidade. No sítio do GEIPAN, se clicarem em «Testemunhar», terão logo um pequeno guia para tentar compreender o que se viu. Depois, se desejarem depositar um testemunho, pode fazer-se preenchendo um questionário, um questionário construído em estreita colaboração com profissionais das ciências humanas, sociais e com psicólogos científicos, para recolher os aspetos técnicos que permitem investigar, claro, mas também a emoção suscitada pela observação e a sensibilidade da

testemunha relativamente a estes fenómenos. As outras fontes de recolha são os autos da gendarmaria, uma vez que foram dadas disposições à Gendarmaria Nacional para que tome os testemunhos de modo a que possam ser explorados. A gendarmaria é um parceiro histórico do GEPAN ao GEIPAN, e mesmo na era pré-GEPAN. Também recebemos formulários e declarações da Direção-Geral da Aviação Civil, que permite aos profissionais do setor aéreo testemunhar livremente sobre uma observação que tenham considerado estranha. Depois da recolha e dos testemunhos, vem a análise com outros serviços do CNES, primeiro, claro, como o Centro de Operações e Vigilância do Espaço, que vigia os satélites em que a França é parte interessada. A consulta deste organismo permite estabelecer uma situação espacial no momento da observação. Trata-se também de outros operadores e serviços do Estado, com os quais o CNES-GEIPAN celebrou acordos e protocolos que precisam os termos da sua intervenção na análise dos casos. Sublinhamos a importância da colaboração com a Gendarmaria Nacional para os testemunhos e também pela sua implantação muito local, que nos permite, por simples consulta, obter informação sobre o ambiente no momento da observação. E a gendarmaria também pode participar nas investigações. A força aérea e do espaço, que põe à disposição os traços radar da sua rede de vigilância e polícia do céu, permitindo pronunciar-se sem ambiguidade sobre a situação aeronáutica no momento da observação. A Direção-Geral da Aviação Civil, pela sua rede de vigilância material e humana perto dos aeroportos. Météo France, pelo fornecimento de dados meteorológicos e dados de modelização que utilizam os previsores, e também a sua peritagem sobre qualquer evento meteorológico excecional. Tudo isto é muito útil para as nossas investigações. O corpo de astrónomos do CNRS, pela sua peritagem sobre as configurações celestes ou outros eventos, que permite dar conta de uma situação astronómica notável. Também, laboratórios de excelência. Falámos antes do laboratório Raio do CNRS, do Museu Nacional de História Natural, e da sua estrutura vigia do céu FRIPON sobre as reentradas em atmosfera natural, o Instituto de Mecânica Celeste e Cálculo de Efemérides do laboratório tempo-espaço. Os serviços de peritagem sobre os materiais e traços também do CNES Toulouse e por vezes outros dão, mediante pedido, apoio às investigações. Em complemento a estes parceiros, que permitem dispor de elementos técnicos para desenvolver hipóteses e comparar os FANI com fenómenos conhecidos, o GEIPAN também se apoia em cientistas que ajudam a pronunciar-se sobre a consistência dos testemunhos, peritos em psicologia científica e cognitiva, que dão aos investigadores técnicas para ajudar a testemunha a verbalizar as suas recordações, e também analisar, nas entrevistas mantidas com as testemunhas, o que provém do facto de observação ou de uma declaração que parece mais ligada a uma recordação reconstruída pela emoção vivida ou o prazo do testemunho. Após a análise, vem a investigação, a investigação que visa classificar os casos. É o motor do GEIPAN. Os trabalhos são realizados internamente no CNES, com um investigador do CNES, e por investigadores maioritariamente voluntários. Os voluntários são recrutados para um pool de investigadores após uma candidatura espontânea, uma entrevista para determinar a sua motivação e sensibilidade em relação aos FANI, além da realização de um exercício de investigação com também um controlo de respeitabilidade. Os investigadores estão distribuídos geograficamente por todo o território, participam na avaliação dos casos de observação, são designados para missões muito precisas, investigação à distância ou de campo. Devem respeitar o método de investigação finalizado no guia do investigador do GEIPAN. Os dossiers de investigação são depois validados e finalizados pelo pessoal e publicados no sítio. O pool de investigadores é atualmente composto por 16 investigadores voluntários, uma grande maioria muito experientes. Estão formados, treinados, reativos, de confiança e suficientemente disponíveis para se deslocarem uns 200 quilómetros de sua casa para se encontrarem com testemunhas se necessário. E realizam-se de 80 a 100 investigações por ano. A sua duração depende da complexidade, que é frequentemente descoberta à medida que

avança. Um comité de peritos pluridisciplinar de que falámos antes, quatro pessoas deste comité de peritos intervirão hoje. É constituído pelo GEIPAN, é composto por cerca de 18 peritos que também atuam maioritariamente de forma voluntária. Têm outras profissões, mas ajudam-nos nos nossos problemas. O seu papel é examinar os casos de observação mais complexos que lhes são submetidos com total independência do trabalho de investigação. Participam no debate derivado das investigações. Podem defender uma reorientação da investigação. E pede-se-lhes sistematicamente opinião se um caso se orienta para uma classificação D, um FANI D, ou seja, fenómenos não identificados após investigação. Embora consultiva, esta opinião permite ao GEIPAN, a mim próprio, decidir seja por consenso ou por votação a classificação final. Os peritos exercem profissões variadas, ligadas ao domínio aeroespacial, mas não só. Hoje temos pilotos, peritos em propulsão, aeronaves, drones, paraquedismo, raio, plasma, tratamento de imagens, deteção, astronomia, astrofísica, meteorologia, ornitologia, antropologia, sociologia, biologia, ufologia, psicologia científica e psicologia clínica. Estes peritos são solicitados caso a caso quando a peritagem é benéfica para uma investigação, mas o comité ou painel reúne-se pelo menos duas vezes por ano no mínimo para se pronunciar sobre a classificação dos fenómenos observados, e para trocar informação sobre a atividade do GEIPAN. A publicação, para a informação: o GEIPAN publica o seu trabalho de investigação de maneira transparente, e assim se acorda com as testemunhas desde o momento em que a sua observação passa a investigação, porque lhes pedimos a priori a cessão do seu direito de autor, do questionário, das gravações em foto, dos vídeos, de todo o material que queiram confiar-nos ligado com a sua observação, com vista à sua possível publicação, depois de a investigação se ter desenvolvido, e pode ser vários meses depois da data do seu testemunho. Sem esta autorização, é claro que o caso não será tomado em consideração no GEIPAN, não será investigado, obrigado. Ou seja, não será investigado. Tudo isto obriga-nos um pouco, este trato obriga-nos a respeitar e proteger o anonimato de todas as pessoas que colaboram na investigação, durante a investigação com este compartimentado estrito sobre os dados pessoais que se consignam nos questionários ou nas declarações que se fazem a posteriori, com encargo nominativo a peritos e investigadores. E imediatamente antes da publicação, o dossier de investigação passa sob o filtro da documentalista do GEIPAN para retirar todo elemento que permita reconhecer uma pessoa que não deveria ser incomodada por se ter atrevido a acudir ao GEIPAN. O serviço nutre também, claro, a ambição de favorecer, na medida do possível, o progresso do conhecimento científico associado aos FANI, esforçando-se por delimitar bem o que escapa à compreensão e ao conhecimento do momento, em identificar as perguntas a fazer à ciência com toda a diversidade das temáticas de investigação seguidas no CNES e todas as ligações que mantém com a comunidade científica. A este respeito, mas também para partilhar a peritagem, organiza-se um workshop dedicado, um atelier chamado CAIPAN, aproximadamente a cada cinco anos, para reunir por convite a comunidade. Uma vontade de abertura, e todos os trabalhos se restituem, claro, a um comité de direção. O comité de direção do GEIPAN chama-se COPEPAN, que sucede ao comité científico, desde o início, desde a origem. Este órgão de governança do GEIPAN é consultivo, é constituído por representantes de todos os nossos parceiros e da direção do CNES, e está encarregado de zelar pelo justo respeito das missões que nos foram atribuídas. Obrigado. Obrigado. Nos tempos também. Perfeito. Sem mais espera, cedo a palavra a Mathieu Courtaban, diretor adjunto do CAPCODA, e a Jérémy Moyal, da força aérea e do espaço, que nos apresentarão os seus trabalhos.

Mathieu Courtaban (diretor adjunto, CAPCODA, Força Aérea e do Espaço)

Senhores deputados, senhoras e senhores, boa tarde a todos. Obrigado por nos convidarem para este colóquio, no qual tenho o prazer de exercer a responsabilidade de representar a força aérea, especialmente perante as vossas perguntas que imagino serão numerosas. Vou começar por apresentar um pouco a unidade em que trabalho com o capitão Moyal, aqui presente, dentro do CAPCODA. Vou poupar-vos a precisão do que significa CAPCODA. Só vou introduzir um pouco a missão que aí desempenhamos. O objetivo do CAPCODA é fundir todas as deteções dos radares — civis ou militares — presentes no território nacional. Compreende sobretudo a França metropolitana, e, a partir destas deteções, construir uma situação aérea reconhecida e inteligível, para depois tentar vigiar todos os móveis que sobrevoam o céu francês e, eventualmente, intervir em caso de dúvida sobre o nível de ameaça que tal ou tal móvel possa representar. A partir destas deteções, a primeira etapa é classificar, sabendo que 95 a 98 % dos móveis detetados são quase automaticamente classificados pela sua natureza ou pelas diversas maneiras manifestas de que um móvel se pode assinalar, ou seja: rádio, planos de voo, códigos de transponder, etc. Resta-nos uma pequena percentagem que, então, apresenta um pequeno nível de dúvida ou de desconhecido para a nossa unidade. Classificam-se por nível de ameaça e desencadeação, se procedente, intervenções, sejam intervenções dos nossos controladores aéreos ou dos nossos meios de caça ou helicópteros para verificar a natureza destes objetos. A maioria das intervenções desencadeadas são, em concreto, com meios de caça que nos permitem descolar rapidamente e alcançar quase qualquer ponto de França em poucos minutos. Por isso usamos caças para esta missão. Quando constatamos infrações ou naturezas de móveis suscetíveis de nos inquietar, mesmo após identificação, os casos são remetidos às autoridades competentes, em particular judiciais, se se tratar de infrações por aeronaves de recreio, em particular. Tudo isto para dizer que o nosso contributo para o tema do fenómeno FANI é no final de dois tipos. Podemos potencialmente iniciar e responder a certos casos de FANI. E depois, o nosso segundo enfoque é realmente o apoio ao GEIPAN, como precisou o Sr. Courtade. Quanto à inicialização de casos, podemos imaginar dois cenários. Podemos imaginar os testemunhos das nossas próprias tripulações, que representam apenas uma pequena percentagem da atividade aérea que tem lugar no território nacional. Na minha opinião, estamos em menos de uma ocorrência por ano de testemunhos de tripulações da força aérea. Uma bastante recente, mas que se explicou por um fenómeno luminoso entre dois aviões militares em concreto. Ainda assim, em todos os casos de deteção não identificada e que a priori possam ter características técnicas ou físicas que nos interpelem, como dizia antes na introdução, desencadeamos bastante depressa os nossos meios de caça e iremos, de visu com as nossas tripulações — qualificadas e ajuramentadas — testemunhar o que aí encontram. E acontece que a modernização do nosso parque de radares, especialmente militar, permite-nos detetar móveis cada vez mais pequenos e com velocidades residuais cada vez mais baixas. Isto leva-nos a aumentar sensivelmente os casos de intervenção dos nossos aviões de combate que, na maioria das vezes, vão identificar objetos que no final não são de todo ameaças — ou seja, regularmente bandos de aves migratórias que apanhamos a muito alta altitude ou toda a espécie de balões, alguns dos quais, para não guardar segredo, têm cabeças de Mickey ou de Minnie no leste parisiense. Alguns destes casos, do nosso posto, classificam-se rapidamente com este tipo de intervenção. Sim, pode fazer sorrir enviar um avião de combate para identificar Mickey e Minnie. Ainda assim, como disse antes, para nós, desconhecido igual a dúvida igual a potencial ameaça, daí o interesse em estar permanentemente pronto para pré-agir mesmo perante este tipo de pedidos. Como dizia, o nosso segundo contributo para o fenómeno FANI é o fornecimento de elementos de traço radar a pedido do GEIPAN. E isto fazemo-lo de maneira bastante regular. Diria que são entre 12 e 15 casos por ano talvez, talvez algo mais. São procedimentos bastante rotineiros para nós, porque há muitos organismos que nos pedem estas restituições radar. E nós transmitimo-las de maneira

totalmente transparente, sem possibilidade de filtrar elemento algum, e o caso que apresentará o capitão Moyal depois servirá para o atestar da melhor forma. Para fornecer estes traços radar, simplesmente chamamos os nossos técnicos que recuperarão a data que os radares civis e/ou militares compilam de maneira fundida, e depois fazemos uma pequena extração espaço-temporal com todos os elementos de apreciação que possam ser conhecidos pelos nossos serviços: altitudes, velocidades, horas de deteção, e todos os meios de identificação que mencionava antes: contactos rádio, eventualmente planos de voo, códigos de transponder associados. Em qualquer caso, tudo o que nos permite dissipar a dúvida sobre a natureza inicial destes contactos. Sabendo que, além dos nossos radares civis e militares — que estão mais destinados a detetar móveis aéreos, realmente aviação geral ou aviação de recreio —, também temos, dentro da força aérea, e operado pelo comando do espaço, um radar de vigilância mais que satelital que permite ver objetos em as camadas mais altas da atmosfera. Note-se que este radar de vigilância não cobre naturalmente todo o globo, porque há uma boa parte do espaço que está atrás de nós, atrás da Terra, noutra lugar. Mas este radar de vigilância está sobretudo desenvolvido tecnicamente para orientar radares de seguimento sobre reentradas atmosféricas ou sobre órbitas bastante precisas. Portanto não permite forçosamente visualizar todos os objetos que poderiam ter estado nesse campo de aquisição. Também quero dizer-vos que, na medida em que todos estes sensores estão mais implantados no território metropolitano, somos algo mais delicados em termos de deteção sobre certos territórios ultramarinos. Há que imaginar que no território metropolitano temos controlo quase total de tudo o que aí voa. E, tanto quanto sei, em todo o caso, desde os meus anos em CAPCODA, não temos conhecimento de factos que não tenhamos conseguido identificar de todo, em particular factos com características cinemáticas de mudança de direção a priori inexplicáveis. A maioria dos factos sobre os quais ainda temos pequenas dúvidas são mais velocidades muito baixas a alta altitude, muitas vezes velocidades que são exatamente as do vento a essas altitudes, e que provavelmente são restos de balões, sejam meteorológicos, balões lançados da terra, ou bandos de pássaros que não pudemos identificar porque potencialmente o tempo não nos permitiu enviar um avião de combate a verificar. Vou ceder agora a palavra ao capitão Moyal para que vos explique um dos casos que ajudámos o GEIPAN a elucidar, com grande satisfação, em todo o caso com boa probabilidade se percebi bem, na primavera passada. E responderei com prazer às vossas perguntas. Obrigado, Michael.

Jérémy Moyal (capitão, CAPCODA, Força Aérea e do Espaço)

Senhores deputados, senhoras e senhores, boa tarde, sou o capitão Moyal do CAPCODA. Renovo os agradecimentos por este convite a este colóquio. Gostaria, em poucas palavras, de apresentar um caso que elucidámos, que o GEIPAN elucidou graças aos nossos elementos na primavera passada. Tratava-se de um testemunho no sul da Bretanha, de um casal e das suas vizinhas, que observaram à noite três luzes cor de laranja com deslocamento linear. Com testemunho ocular e sonoro, porque se acompanhava de um grande zumbido, detetado por estas pessoas. E assim, quase de imediato, o GEIPAN pediu-nos uma restituição radar. Como disseram o colega Courtaban e o Sr. Courtade, os nossos radares permitem quase sem equívoco — enfim, a nossa malha radar, porque há-os por toda a França — fornecer uma situação sã e conhecida da situação aérea no instante. E graças a esta restituição radar conseguimos identificar seis móveis que poderiam corresponder a estes testemunhos do trio de pessoas, num exercício da força aérea e do espaço que chamamos POCR, que simula uma incursão aérea. E assim, por explicação física, por fenómeno de paralaxe, fenómeno

luminoso, fenómeno de reflexão da luz, pudemos pôr em evidência que não se tratava de uma luz, de um objeto triangular, mas de três aviões em patrulha que evoluíam em formato triângulo e que, portanto, correspondiam pelo menos aos testemunhos destas pessoas. Lendo a metodologia e o trabalho de investigação dos investigadores do GEIPAN, o caso foi classificado A, ou seja, fenómeno explicado. E é um dos exemplos de como a força aérea e do espaço, e portanto o CAPCODA, e a sua malha de controladores e técnicos radar, conseguem lançar luz sobre casos como os apresentados anteriormente. Terminei e estou pronto a responder às vossas perguntas se as tiverem. As perguntas faremos depois, mas, em qualquer caso, obrigado por este estado da arte, muito bem documentado, tenente-coronel e capitão.

Gilles Munsch (investigador de casos FANI, GEIPAN)

Cedo agora a palavra a Gilles Munsch para uma explicação destes métodos de investigação do GEIPAN. Como trabalham concretamente para estudar estes casos? Sim, obrigado pelo convite e por dar a palavra para evocar o trabalho dos investigadores, um trabalho bastante discreto, na sombra. Antes de entrar no âmago, parece-me que há uma pergunta fundamental: porquê fazer investigações? Podemos discuti-lo, mas remeto para perguntas posteriores se necessário. No início de uma investigação dispomos de dados provenientes da ou das testemunhas, muitas vezes. Estes dados chamar-lhes-emos os dados iniciais. São de dois tipos. Primeiro, essencialmente dados testemunhais, que são maioritários, e que dependem, claro, dos cinco sentidos das testemunhas, em particular vista e ouvido, mas não só. Dependem também das suas faculdades mentais, sobretudo a memória. Depende da sua cultura, da sua formação. Da sua convicção, mesmo em certos casos, da sua crença. Imagina-se bem, então, que por trás de todos estes dados testemunhais, há uma certa fragilidade, uma certa subjetividade, da qual se tem de saber pesar os prós e contras, porque pode haver testemunhas muito boas, testemunhas mais subjetivas do que outras. Para além destes dados testemunhais, teremos dados instrumentais, eventualmente, nem sempre, e são menos frequentes, quando a testemunha nos pode fornecer fotos, vídeos, ou quando sabemos que há registos técnicos por outra via, com instrumentos. Estes dados não podem ser rotulados de subjetividade, mas sabemos que todas as tecnologias têm os seus limites de desempenho, e sabemos que muitas destas tecnologias são vítimas de artefactos. Conhecemos bem os artefactos visuais que podemos encontrar em fotos ou vídeos, e será preciso saber analisá-los, compreendê-los e pô-los em evidência quando existirem, evidentemente. Estes dados iniciais fornece-os a testemunha, e a estes dados, o investigador estará encarregado de procurar dados, que chamarei contextuais, dados adicionais para compreender todo o ambiente, todo o contexto da observação, porque a testemunha, ela, não fornecerá forçosamente esses dados, não é o problema dela: o problema dela é a observação. O objetivo da investigação será duplo: num primeiro momento, recolher o máximo de dados sobre o próprio fenómeno, claro, sobre a ou as testemunhas também, a diferentes níveis. Também sobre o ambiente em sentido amplo, todos estes dados complementares contextuais, eventualmente também sobre os instrumentos e todos os documentos entregues, para tentar peritá-los com detalhe. A partir daí, conduziremos uma investigação. Passo por cima da atribuição, como se atribui uma investigação a um investigador, como se oficializa perante a testemunha e o investigador, porque é detalhe, para ir ao mais importante. Assim que o investigador é atribuído a um caso, ou seja, quando esse caso passou as etapas prévias para se conhecer após registo na base, e uma vez que a etapa de pré-caracterização não pôs em evidência uma explicação plausível, há que iniciar uma investigação. A investigação começará à distância e o trabalho será conduzido em paralelo para procurar informação, precisamente contextual, em diferentes planos. Por exemplo, já vimos, o domínio aéreo, não voltarei a ele porque foi bem explicado,

toda a parte aeronáutica, porque há muitas coisas que voam no nosso céu. Teremos os dados meteorológicos, porque são importantes; é importante conhecer o contexto meteorológico, sobretudo para todas as confusões com balões, aeróstatos. O vento é importante para estabelecer a ligação entre ambos. Pode ser o ambiente mediático, porque se pode falar noutros media, além do testemunho ao GEIPAN, do caso noutros locais — media, redes sociais, em toda a parte —, portanto será preciso vigiar, ir olhar um pouco por todos esses domínios. Olharemos o contexto... perco-me nas minhas notas... Sim, o ambiente em sentido amplo, vimo-lo. Também tudo o que se refere à aerologia, ou seja, balões-sonda, balões experimentais, dirigíveis, balões de gás, montgolfières, etc. Passaremos a outros. Olharemos o ambiente industrial. Pode haver indústrias que fizeram coisas que apresentem particularidades excepcionais e pouco correntes. Está também o ambiente militar, exercícios militares — tivemos um bom exemplo —, e as testemunhas não estão habituadas a isso, surpreende-as este tipo de coisas, etc. Portanto todo o ambiente será varrido pelo investigador — pesquisas paralelas, porque avançamos em cada um desses domínios em paralelo, para tentar extrair o máximo de dados. Depois estes dados haverá que analisá-los para tentar interpretá-los em termos de explicações racionais. Uma vez que o objetivo inicial é encontrar uma explicação racional do fenómeno. Consegue-se ou não. Na sua falta, se não conseguirmos caracterizar uma explicação racional, tentaremos estimar uma estranheza residual. Fica uma estranheza, há que tentar geri-la. Estes elementos de estranheza residual, procuraremos compará-los ao máximo com fenómenos conhecidos, e muitas vezes esta comparação permite-nos reduzir precisamente a estranheza residual, e depois veremos como podemos avaliar e classificar o caso. Uma vez feito isto, se a investigação à distância deu uma solução, passaremos ao relatório da investigação e a todo o processo seguinte. Se não conseguimos concluir com a investigação à distância — acontece numa percentagem de casos — tentaremos completar os dados indo ao local. Numa investigação de campo, por outro lado, será preciso reinicializar mediante toda uma etapa oficializada, etc. E o investigador poderá partir, deslocar-se ao encontro das testemunhas e dos locais onde ocorreu, do contexto realmente in situ. Então, o investigador irá. Na medida do possível, poderá realizar uma entrevista muito mais consistente do que o simples questionário de partida, sempre ambíguo. A testemunha poderá expressar-se mais. Se o contexto se prestar corretamente, tentaremos desenvolver a entrevista em forma de entrevista cognitiva. É uma técnica empregue no GEIPAN, originária do domínio militar e judicial. É uma técnica que permite — é uma dupla vantagem — melhorar a capacidade da testemunha para restituir as suas recordações, ou seja, uma melhor restituição pela testemunha da sua experiência, e como complemento, diminuir o risco de perturbação ou influência da testemunha, do entrevistador sobre a testemunha. Porque na entrevista há que aumentar os dados que se podem receber, mas evitar perturbar a testemunha com influências subjetivas. É uma formação que temos para nos formarmos, melhorarmos nestas entrevistas, para perguntar bem e conduzir bem a entrevista. Uma vez feitas estas entrevistas, podemos fazer reconstituições no terreno, podemos fazer diversas medições. Podemos fazer diligências, uma vez que estamos no local, diligências locais, na gendarmaria, na câmara municipal, diferentes instituições industriais e outras, para recolher o máximo de informação relativamente às suspeitas, às ideias que tivemos graças à investigação à distância. Uma vez terminado tudo isto, voltamos para casa e agora há que dar conta de tudo isto — redigir um relatório de investigação, há toda uma forma de apresentar o caso, todas as coisas clássicas, chegando com anexos técnicos se necessário. A parte difícil depois é poder avaliar o caso — o investigador terá a seu cargo emitir um certo número de hipóteses em relação a toda a sua reflexão. Um certo número de hipóteses que tentará avaliar a partir de diferentes critérios. Deve estabelecer dois parâmetros. Por um lado, a consistência do caso. É uma combinação entre a quantidade de informação recolhida e a fiabilidade destes dados. Passo por cima do detalhe técnico sobre como fazer tudo. É demasiado complicado,

demasiado longo de expor aqui. Depois, pode emitir uma opinião sobre a consistência do caso, que será um dos dois parâmetros para a classificação. Depois, terá de estimar a estranheza residual do caso, de que falávamos. Se estamos assim, sem resposta e com estranheza residual, há que tentar avaliá-la em relação às hipóteses que se possam emitir para ver se as hipóteses podem encaixar e dar conta desta estranheza e anulá-la ou reduzi-la. Há toda uma série de parâmetros para cada hipótese, os parâmetros que estabelecerá o investigador. E depois, a acusação e defesa, terá de avaliar cada hipótese. É um trabalho de reflexão e depois classificará estas hipóteses em termos de estranheza residual. Haverá uma hipótese que se destacará mais do que as outras, em geral, e a partir daí, fará uma proposta de classificação que explicará no seu relatório. Redigirá uma conclusão do relatório, e uma vez que todo o dossier esteja finalizado, transmiti-lo-á ao GEIPAN, à equipa do GEIPAN encarregada de o reler, validar ou não. Ou o valida e aceita a proposta de classificação do investigador, ou encontra coisas a emendar, corrigir ou completar. Pode então recorrer a certos peritos, mesmo convocar, para os casos mais difíceis, o comité de peritos para uma opinião suplementar. Nesse momento, os peritos darão a título individual uma opinião fundamentada sobre a sua maneira de ver o caso. E depois, a equipa do GEIPAN fará uma síntese de tudo isto e proporá uma classificação definitiva com certa estranheza e certa consistência. Isto dar-vos-á o gráfico que certamente todos conhecem no sítio do GEIPAN, se leram os dossiers de investigação. A estranheza no eixo vertical, a consistência no eixo horizontal. Termina sempre num gráfico com um ponto que dá a situação em abcissas, a estranheza em ordenadas, a consistência, e que colocará o ponto numa casa A, B, C ou D. E é assim que conseguimos dar uma opinião, esperamos que pertinente, sobre o caso. Veremos mais adiante o que podemos acrescentar a isto. Uma vez que tudo isto se fez... diapositivo seguinte. A formação. Como os investigadores, estes investigadores voluntários que vêm de todos os horizontes, alguns com experiência ufológica, outros sem nenhuma. Haverá que adaptar-se ao procedimento, à metodologia e às regras do GEIPAN. Para isso, é necessária uma formação. Como formação, temos um atelier anual de 2-3 dias em Toulouse, onde fazemos todo um conjunto de exercícios, cursos, propostas, apresentações, encontros com peritos, visitas técnicas, etc. Passo por cima de tudo isto. É muito enriquecedor. Também permite aos investigadores conhecerem-se fisicamente, porque muitas vezes estamos em contacto por correio ou vídeo. Fazemos tutoria, ou seja, que os investigadores um pouco mais experientes redigem tutoriais para resolver certos pontos. Pode ser muito técnico, pode ser sobre muitos temas possíveis que encontramos nas investigações. Depois, os novos investigadores podem autoformar-se a partir destes tutoriais. Também há tutoria em direto, ou seja, através de uma videochamada entre duas pessoas, um investigador principiante com um mais experiente, pode-se ter uma sessão para se formar ou para obter informação ou para resolver problemas no uso de um software, de alguma ferramenta, uma pesquisa de informação meteorológica, etc. Assim, toda a informação à nossa disposição acumula-se num espaço documental, um wiki, ao qual temos acesso no sítio do GEIPAN, onde se encontra atualmente toda a informação acumulada há já 20 anos. Também temos investigações participativas. Se um investigador tem dificuldades numa investigação, pode pedir a ajuda dos seus companheiros, entre aspas, mais a equipa do GEIPAN, e fazemos uma videochamada para discutir durante uma ou duas horas o seu caso, para tentar encontrar novas pistas, ajudá-lo ou sugerir-lhe certas coisas que talvez o possam desbloquear na sua investigação. E isto também permite aos outros investigadores, mediante estas discussões, formar-se sem se aperceberem e aumentar a sua experiência e conhecimento de outros casos que não investigaram por si próprios. E depois, para as investigações mais interessantes, podemos mesmo redigir fichas de retorno de experiência para partilhar coisas particulares, particularidades que possam ter aparecido em certas investigações mais notáveis do que outras. Diapositivo seguinte. Aqui irei muito depressa, porque creio que já ultrapassei o meu

tempo. Sobre a deontologia, os investigadores, dado que fizeram isto numa iniciativa voluntária, não remunerada, para ajudar o GEIPAN, devem ter regras de deontologia, primeiro para com as testemunhas: respeito pela testemunha, pela sua integridade, não intrusão na vida privada ou no âmbito médico, por exemplo. Respeito para com o GEIPAN quanto aos procedimentos e às regras de conduta estabelecidas pelo GEIPAN, respeitar os prazos se possível, apesar dos imponderáveis das investigações, e respeitar os outros investigadores, simplesmente colaborando ao máximo com eles. Diapositivo seguinte — será a conclusão. A minha conclusão no seguinte é que a investigação é um exercício difícil, delicado, exigente e por vezes requer muito tempo. Nem sempre se imagina todo o tempo que exige... e alguns investigadores estão em atividade profissional. Portanto fazem-no no seu tempo livre. É um trabalho colaborativo, isso é muito importante, creio, que este trabalho seja colaborativo. O dispositivo funciona já há bastantes anos, desde 2010 aproximadamente, os investigadores. E tentamos acumular experiência, aproveitá-la e fazer evoluir as coisas, melhorar o sistema. Um dossier, isto é muito importante dizê-lo, um dossier de investigação, mesmo classificado, permanece aberto. Ou seja, podemos voltar a ele se tivermos informação nova. Aconteceu regularmente. Coisas de que tínhamos uma explicação, e apercebemo-nos de que a explicação não é correta porque há dados novos e retificamos, ou ao contrário: classificámos em D porque não tínhamos encontrado solução, e depois temos informação nova — por vezes é um golpe de sorte —, quando temos novos dados e ferramentas que evoluíram e permitem resolver o caso, e só então o caso passa de D talvez a A ou B, consoante o grau de certeza que se possa obter. Uma pequena observação também: muitos casos escapam ao GEIPAN, porque as testemunhas se dirigem ao GEIPAN, mas também a grupos privados — há que dizê-lo —, e cada vez mais aos media, aos jornais, às rádios, às televisões, aos deputados agora, cada vez mais. Bom, às redes sociais, sobretudo. Portanto alguns casos escapam ao GEIPAN. Alguns casos podem ser importantes. O GEIPAN partilha, pela sua parte, os seus dados através do seu sítio. Só estão anonimizados, mas vimos a transparência mesmo do CAPCODA de todos os dados. A abordagem é transparente. Partilhamos os dados. Os grupos privados que fazem um trabalho sério podem perfeitamente partilhar as suas investigações com o GEIPAN, com a pequena reserva de que estas investigações sejam interessantes para nós. É necessário que a abordagem utilizada seja suficientemente próxima da nossa para que nos entendamos. E aqui termino. As vossas perguntas serão bem-vindas. Agradeço a vossa atenção e peço desculpa por ter ultrapassado o meu horário. Só ultrapassou em um minuto, portanto está tudo bem. Obrigado, foi muito preciso. Cedo agora a palavra a Michaël Vaillant, de UAP Check, a quem conheci há uns anos em Toulouse, lembro-me. Para uma apresentação, sempre em 15 minutos, mas sei que respeitarás o prazo, e depois teremos um momento de perguntas e respostas, como antes, antes de uma pequena pausa.

Michaël Vaillant (UAP Check)

Ah, ok. Ouvem-me? Muito bem. Ok. Bem, senhores deputados, senhoras e senhores, agradeço-vos de todo o coração terem-me dado a oportunidade de vir expressar-me aqui e de organizar este colóquio. Durante muitos anos trabalhei no GEIPAN, em Toulouse, sem ser eu próprio agente do CNES. Depois trabalhei com UAP Check, uma associação relacionada com organizações de todo o mundo. Esta posição colocou-me na articulação de vários mundos: o das testemunhas, dos investigadores, das bases de dados, das ferramentas digitais e dos peritos, mas também com o mundo da investigação, tendo eu próprio contribuído para a produção científica de diferentes papers com diferentes laboratórios. Laboratórios temáticos do CNRS, em particular em geologia, aeronáutica e matemática. E o que esta experiência me ensinou é que a fronteira entre investigação e ciência é frágil. Portanto hoje vou falar-vos de

problemáticas de interface, na realidade. Diapositivo seguinte. Na realidade, um fenómeno inexplicado não se torna automaticamente objeto de investigação. Pode ser assinalado, mas mal documentado. Documentado, mas mal transmitido. Transmitido, mas não explorado. Arquivado, mas nunca estudado, sensível, e desaparecer após restrições de segurança legítimas. O problema não é apenas saber o que são os FANI, o problema é saber se somos capazes de transformar uma observação em dados, em dados exploráveis, e depois em objetos de investigação. E no fundo, sem definição partilhada e sem procedimento rastreável, acumulamos relatos, dossiers, arquivos, encadeamos testemunhos, mas ainda não fazemos ciência. E hoje, a questão, agora, é se as nossas instituições estão organizadas para conservar, transmitir, estudar, valorizar fenómenos que o homem, no final, não consegue nem categorizar nem explicar. E será o sentido de cinco retornos de experiência que gostaria de partilhar convosco hoje. Diapositivo seguinte, por favor. O meu primeiro retorno de experiência é simples. O testemunho é indispensável, vemo-lo, mas não basta. A testemunha é muitas vezes o primeiro sensor de um fenómeno inabitual. Mas um testemunho humano, todos sabemos, é frágil. Há problemas de memória, de contexto, de surpresa, de stress, de capacidade para descrever, de vontade de falar. Por isso desenvolvemos métodos e tentamos que a testemunha esteja à vontade, que não tenha medo de ser julgada, etc. E sabemos também, como lembrou Gilles, que o GEIPAN só vê a ponta do icebergue. Há testemunhas que não sabem que existe um organismo hoje em França, e depois há testemunhas que também não querem testemunhar. Não confiam no Estado ou no organismo. Portanto dirigem-se a associações ou não testemunham. Apesar de tudo, os testemunhos que recolhemos são preciosos para as ciências humanas, mas hoje, tenho vontade de dizer, o GEIPAN nutre essencialmente estas últimas: psicologia, sociologia, menos as ciências duras. Os casos duros, como disse Luc Dini, são raros. Por vezes há que ampliar o espectro, ir procurar para lá de França para encontrar casos. E também precisamos de dados calibrados. Precisamos de dados registados com câmaras, sensores, estações. Sítios eventualmente técnicos. E tudo isto requer meios. Meios que, de momento, não temos diretamente. Em França temos, no entanto, uma rede de deteção chamada FRIPON, que permite detetar bólidos e meteoritos. O que poucas pessoas sabem é que esta rede foi discutida em particular no seio do GEPAN e em torno de necessidades multidisciplinares. Na altura associou o GEIPAN a discussões com o Museu Nacional de História Natural, o CEA, e o IMCCE, claro. E depois juntaram-se laboratórios do CNRS, e nasceu o projeto. Este precedente mostra que uma necessidade surgida dos FANI pode produzir uma infraestrutura científica útil muito para além dos FANI. Também mostra que poderíamos apoiar-nos neste tipo de rede, a menor custo, para também investigar FANI. Este modelo mostra que uma observação ativa do céu pode finalmente ser-nos útil, e pode ser-nos útil, uma vez que os FANI se apoiam numa forma de ciência interdisciplinar, uma ciência que ainda não existe formalmente, mas que esperamos ver emergir um dia. Pode servir a outros domínios — a meteorologia, claro —, pode servir para observar aves, etc. Creio que teremos de ir para aí, um dia, para redes de sensores, em França também, como em todo o mundo se vê emergir. Creio que não devemos ficar atrás relativamente ao que acontece noutras locais. Diapositivo seguinte, por favor. A auditoria do SEPRA de 2001, falámos dela também antes, abria uma perspetiva ambiciosa: caracterizar os fenómenos, produzir estatísticas, identificar classes de fenómenos, eventualmente modelizá-los. Nos factos, 25 anos depois, a atividade do GEIPAN concentrou-se sobretudo numa missão indispensável: receber as observações do público, analisá-las, classificá-las, publicá-las e responder às testemunhas. É valioso, mas eu diria que ainda não basta totalmente para fazer emergir uma ciência dos FANI. Na realidade, existe um mal-entendido bastante profundo. Muitos pensam que o CNES, através do GEIPAN, teria vocação de fazer investigação. Na realidade, o papel do CNES é antes de mais pôr à disposição ferramentas, meios e dispositivos para permitir à investigação trabalhar. Poder-se-ia comparar

o GEIPAN a um satélite. Recolhe, filtra, classifica, extrai sinal do ruído de fundo, e torna exploráveis os dados. Mas, uma vez que existe a base de dados, quem se ocupa dela cientificamente? Há fenómenos inexplicados para os quais não se sabe a que ciência recorrer. Não sabemos se, efetivamente, poderemos recorrer a psicólogos, sociólogos, físicos, especialistas em aeronáutica. Nestes casos de inexplicados, no final, pode haver de tudo. E nenhum domínio, hoje, em matéria de ciência, pode por si só assumir o conjunto do problema. Por definição, um FANI D não está ainda orientado para nenhuma disciplina. E é o sentido do esquema que está atrás, o esquema com um duplo loop. Hoje temos um loop de investigação completo e organizado pelo GEIPAN. E temos, diria, meio loop que é um loop de ciência, em parte organizado com a rede de peritos que há em torno do GEIPAN, mas que não se fecha totalmente. Na investigação, os investigadores dispõem de um conhecimento horizontal. Devem saber um pouco de tudo sobre muitas coisas e tratar os casos de maneira muito homogênea, a favor e contra, como dizia Gilles. Mas por outro lado, os cientistas dispõem de um conhecimento muito vertical. Aprofundam um sinal, cada um no seu domínio. Olharão um viés, um sensor, uma hipótese, uma classe de fenómenos. E são duas populações muito distintas que não podemos confundir, diria, porque têm objetivos distintos hoje. E os peritos atualmente mobilizam-se a pedido do GEIPAN. Na minha opinião, o que ainda lhes falta é uma autonomia científica. É um grupo de peritos capaz de definir prioridades, orientar conexões, indicar que dados faltam e que protocolos devem evoluir. Claro, temos alguns peritos que intervêm individualmente, mas ainda não temos uma forma de comité científico, e talvez para além disso uma base científica, para autonomizar as decisões desta forma de ciência, desta nova ciência. E o que sugiro aqui é fechar o loop e fazer, no final, este comité científico autónomo, capaz de aprender a partir das observações e dos casos recolhidos pelo GEIPAN, e depois participar assim plenamente na emergência do que talvez se torne no futuro, uma nova ciência interdisciplinar. Diapositivo seguinte, por favor. O meu terceiro retorno de experiência diz respeito ao ponto mais sensível: a articulação entre defesa, segurança interior, segredo e investigação. Um fenómeno pode existir para a defesa. Pode ser tratado como um evento operativo e classificado nesse momento, no lado defesa, sem aparecer nunca no lado GEIPAN, sem aparecer nunca no público, como dado civil ou científico. E de certo modo é normal. Vê-se, por exemplo, com FRIPON. Há 10, 15 anos, antes do lançamento do projeto FRIPON, o GEIPAN recebia observações de bólidos e meteoros. Depois apareceu FRIPON. E FRIPON recolheu os casos de bólidos e meteoros. O GEIPAN já não os recebe. Caso encerrado. Caso encerrado a montante. E temos, de certo modo, o mesmo, diria, com o sistema de defesa francês. Um caso sobrevoa a França. Vai ser interceptado, analisado, depois classificado. E efetivamente a defesa pode considerar que, num momento dado, este caso não precisava de ser investigado. E aí para. E, no entanto, há cientistas que nos dirão: mas sim, mas a nós pode interessar-nos. Num momento dado, poderíamos fazer ciência a partir de fenómenos que poderiam ser, mesmo que sejam apenas aves, balões, plasmas — coisas que podem servir de referencial num momento dado, também para analisar os casos mais duros. Porque não nos enganemos. Também fazemos ciência, sempre com um referencial. Ou seja, por exemplo, tivemos um doutorando no GEIPAN, em psicologia cognitiva, muito interessado em... vão rir-se, mas em lanternas chinesas, absolutamente. E porquê? Porque num momento dado, isso cria um referencial de observação. Sabemos como é uma lanterna. Não sabemos como é um OVNI. E dei-vos como ilustração também o caso de Golfech. É uma reconstituição que fiz a partir de uma foto publicada no caso de Golfech. Trata-se de um sobrevoo de uma central nuclear por um fenómeno que se apresenta segundo as testemunhas, três luzes, ou seja um fenómeno triangular, que fez trabalhar muito o GEIPAN. E como dizia Gilles, mesmo foi reclassificado três vezes num momento dado. Colocámos muitas perguntas a esse respeito. E no final ficou na categoria C. Poderia ter sido classificado D, mas uma testemunha retratou-se e nunca

conseguimos encontrar essa testemunha, infelizmente. Desapareceu, provavelmente também por efeito do choque, da surpresa, de um fenómeno que não compreendia e que não queria, de certo modo, confrontar objetivamente. Nesse caso, a pergunta que me faço é: um drone não identificado é um FANI? Eu digo que sim. Ou seja, um drone não identificado que voa sobre uma central nuclear é sem dúvida um FANI. Não porque seria exótico, não porque seja factualmente um fenómeno aéreo não identificado, mas porque, no final, ignoramos as suas características. E depois a pergunta torna-se concreta: quem deve encarregar-se? É a defesa? É a gendarmaria? É a segurança nuclear? É o GEIPAN? É o Parlamento? São os investigadores? Encontrarão nos arquivos do Senado o anterior relatório sobre os sobrevoos pelo OPECST, precisamente, das centrais nucleares em 2014 e 2015, que era muito esclarecedor. O relatório dava conta de 19 sítios sensíveis afetados, 40 eventos distintos, até 6 centrais nucleares sobrevoadas simultaneamente. E durante essa audiência parlamentar, um deputado constatava que ainda não se sabia como pessoas podiam ter organizado esse sobrevoos durante semanas, apesar dos serviços de vigilância mobilizados. E um comparecente resumia um pouco o mal-estar falando de objetos «de que toda a gente fala, mas que ninguém quer mostrar». Era complicado porque havia uma forma de segredo judicial em curso. Não se podiam mostrar fotos, não se podiam mostrar vídeos, mas falava-se deles. E depois, outro comparecente também dizia: mas, no final, o que é? E o que também me chamou a atenção foi a ausência do GEIPAN no debate na altura. Dizia para mim que o organismo especializado na identificação dos fenómenos aeroespaciais não identificados, que podia finalmente ser um ator — talvez não central, mas pelo menos um ator importante na análise destes fenómenos e da sua natureza, uma vez que toda a gente se interrogava sobre a sua natureza — não estava presente, e poderia ter estado. E creio que é o sintoma de uma profunda dicotomia entre o mundo da segurança, que protege as capacidades nacionais, e o mundo civil e científico que procura compreender. E é verdade que a dificuldade é que os dados militares podem revelar as capacidades do dispositivo nacional. Portanto é normal que estejam protegidos, que não se difundam vídeos, digamos, classificados ou militares assim. Mas, ainda assim, creio que vale a pena perguntarmo-nos sobre as regras de transmissão dos casos tratados por Defesa. Em particular, quantos se classificam também, quantos se conservam, se transmitem, se classificam, e como se pode trabalhar ou gerir melhor o que se chama o dual use. São também problemáticas europeias. O dual use é como, em torno de tecnologias que interessarão simultaneamente à defesa e à ciência, vamos poder, de certo modo, encontrar pontes. Não se trata de tornar tudo público, trata-se simplesmente de criar a possibilidade de uma comporta entre defesa e ciência, entre segredo e análise. Diapositivo seguinte, por favor. O meu quarto retorno diz respeito à Europa. Europa, efetivamente, porque digo muitas vezes que um FANI, um fenómeno, não conhece fronteiras territoriais. Estivemos em Bruxelas há dois anos com diferentes organizações, e demo-nos conta de que o céu europeu realmente não nomeia os FANI. A arquitetura existe: há um regulamento europeu, número 376/2014, que organiza a assinalação, a análise e o seguimento dos eventos de segurança na aviação civil, prevê coisas, mas esta informação é recolhida depois pelas organizações aeronáuticas e pelas autoridades nacionais, é filtrada e depois é despejada nas bases europeias. Temos um referencial central chamado ECR. E os formatos apoiam-se no que se chama ECCAIRS, que é uma taxonomia ADREP da OACI. Há um sistema, há uma organização. O problema é que este sistema filtra, por um lado à escala nacional, os FANI — ou seja, os FANI que possam eventualmente respeitar a problemáticas de defesa não vão subir ao nível europeu. E depois, ao nível europeu, na taxonomia ECCAIRS, o evento não será traduzido para uma categoria FANI. Não existe. E portanto, a partir do momento em que não existe, cairemos numa categoria completamente inadequada, Airprox, ou perda de separação, drones supostos, intrusão, eventos ATM, etc., risco de colisão — mas não sabemos encontrá-los. E assim, o risco pode entrar na base de dados, mas o desconhecido

pode desaparecer. E portanto, aqui também, a França, com a ajuda da EASA, da Comissão Europeia e, a prazo, do Eurocontrol, deveriam fazer evoluir os guias de assinalação, e ajudar a fazer evoluir também as taxonomias. Não se trata de criar uma base de dados europeia espetacular sobre OVNI, trata-se simplesmente de melhorar um sistema de segurança aérea que, no fundo, já existe. E também talvez porque nos invejam por ele, o GEIPAN, o que oiço em todos os países europeus: nós não temos GEIPAN, talvez refletir sobre um dispositivo oficial do tipo GEIPAN, mas desta vez à escala europeia. Diria que a França tem a experiência do GEIPAN, a Europa a escala: agora há que ligar as duas. Diapositivo seguinte, por favor. E aqui concluo. O meu último retorno de experiência diz respeito aos padrões. Hoje, cada país, cada organismo, cada base organizou de maneira diferente o que chamam os casos não identificados, com protocolos que não se assemelham. Nos Estados Unidos, o desconhecido tem uma forma, em França o desconhecido tem outra forma: o meu desconhecido não é forçosamente o teu desconhecido. E a grande problemática de fundo, atrás, é que se queremos organizar ciência à escala internacional, temos de falar do mesmo desconhecido. E se não organizarmos padrões para definir o que é o desconhecido, e se não partilharmos estes padrões, protocolos, não conseguiremos e não criaremos verdadeiramente ciência. Bom, concluirei com isto. Hoje, aprender a reconhecer o desconhecido, creio que é, antes de mais — o último diapositivo, por favor, sim. É antes de mais saber ser modestos, admitir os limites dos nossos conhecimentos, e do que nos falta aprender. Rejeitar o desconhecido é também rejeitar toda evolução, toda potencialidade de inovação — não falei disso, mas há um potencial de inovação muito importante por trás dos fenómenos desconhecidos —. Creio que a França dispõe já de um trunfo único, a experiência do GEIPAN, e pode transformar esta experiência nacional em estratégia pública, em contribuição europeia e em base para padrões internacionais. Com método, com prudência, com transparência e com coragem. Obrigado. Muito obrigado por esta apresentação e estas propostas e este apontamento que fizeste sobre a dimensão da ciência interdisciplinar, etc.

Perguntas e respostas após a segunda mesa redonda

Era o sentido da minha primeira pergunta há pouco. Para talvez lançar a discussão, teria muitas perguntas, mas talvez uma: estamos suficientemente dimensionados para enfrentar estes fenómenos? Tivemos antes uma apresentação realmente muito útil sobre os meios de deteção, radares, etc. Com dados estado-unidenses, Leolabs, etc. Vemos claramente que há muitos dados que se podem utilizar, que se podem desenvolver com novos sensores agora adquiridos pelo comando do espaço, que chegarão, novos telescópios para vigilância do espaço aéreo e também espacial. Do ponto de vista material e de infraestrutura, estamos suficientemente equipados para tentar compreender o que acontece por cima de nós? E talvez outra pergunta de curiosidade, talvez para Gilles e para os investigadores em geral. O que é que, num momento dado, faz desejar embarcar numa carreira de investigador, dado o tempo que consome? Expressaste-o, esse trabalho de relatório, de cotejo, de apresentação, de formação também. É uma comunidade que há que manter, e sem dúvida uma ciência também por consolidar. Eu tinha uma pergunta talvez mais pessoal para os membros do GEIPAN, também para o seu diretor. O que faz que num momento dado uma pessoa se comprometa com esta comunidade de investigadores? Motivações para se tornar investigador. Às pessoas não lhes faltam. Recrutámos quatro novos investigadores há dois meses. De entre 70 candidaturas num ano. As pessoas aderem um pouco a uma maneira de trabalhar. Ou são apaixonadas pela investigação, pelo domínio aeroespacial, por ambos, pelo desejo de se integrarem também numa rede, e assim tínhamos, enfim, tínhamos por onde escolher, portanto tomámos pessoas, não buscamos o elitismo também, portanto poderíamos ter tomado pessoas com uma grande bagagem científica ou técnica. Não, não, temos todas as

categorias socioprofissionais representadas no pool de investigadores do GEIPAN, todo o tipo de pessoas, de todas as idades, dos 23 aos mais de 70. Um pequeno retorno de experiência? Creio que para os diferentes investigadores, o contexto que os levou a candidatarem-se e a praticarem a investigação no GEIPAN é bastante variado. Há, claro, um interesse pelo tema. Eu posso dar o meu testemunho pessoal. Estou no meio ufológico há quase 50 anos. Infelizmente. Após uma dezena de anos a descobrir o meio, a descobrir a problemática, a descobrir tudo isto, comecei a trabalhar com uma ótica muito próxima da que emprega o GEIPAN. E seguia o GEIPAN em paralelo, porque existia. Começou quase ao mesmo tempo que eu. Na realidade, comecei ao mesmo tempo que o GEPAN. Nessa época, não podíamos intervir junto do GEPAN. Era o antigo GEPAN e o SEPRA. A partir do momento em que houve abertura, sempre me interessou mais ver o que fazia o GEIPAN. Sempre segui o que fazia. E, bom, contactaram-me. Por acaso, contactou-me o primeiro diretor do GEIPAN, o Sr. Patenet. Conheçemo-nos e entendemo-nos imediatamente. E propôs-me vir. Naquele momento ainda não havia investigadores, apenas o grupo de peritos. E assim que se puseram em marcha os investigadores — primeiro os IPN, intervenientes de primeiro nível, depois os investigadores —, candidatei-me para estar lá. E felizmente fui admitido. E estou lá desde então. Nessa altura trabalhava, mas agora estou reformado. Deve notar-se. Adivinha-se. E agora faço-o por paixão. Ocupa-me muito e interessa-me muito. Tento fazer o máximo e ajudar os meus jovens companheiros que tomarão o testemunho. Com isto, é assim que se faz... Bem, algumas perguntas. Poderemos também conversar durante a pausa, que chega em cinco minutos. Muito obrigado, e obrigado pela qualidade destas trocas e intervenções. Tinha duas pequenas perguntas sobre a atualidade. Uma vez que houve alguns cortes orçamentais para o CNES, cerca de 300 milhões de euros em três anos, isto vai impactar fortemente as atividades do GEIPAN? E segunda pequena pergunta: está o GEIPAN também destinado, em caso de conflito militar, a tornar-se um órgão de apoio militar, dado que têm diferentes parceiros na força aérea, na gendarmaria? Pode a atividade mudar, não sei, de um dia para o outro, para formação ou outras atividades? Sim, houve uma revisão das atividades no CNES no seguimento de restrições orçamentais. Pedi para fazer a minha parte. Não trabalho por modo de projeto. Portanto não se fala de dotações, falamos de custos completos, recursos humanos, recursos financeiros, meios técnicos — enfim, não entro em toda a técnica. Pediu-se-me fazer um esforço, fi-lo, e no final devolveram-me o que dei. Portanto não tenho absolutamente nenhuma redução no meu âmbito de ação nos próximos três anos. E sobre a segunda pergunta, o CNES é um estabelecimento civil. Há uma parte das atividades ligadas ao Ministério das Forças Armadas, porque o Ministério das Forças Armadas é uma das tutelas do CNES, mas, globalmente, tudo o que concerne aos assuntos militares é gerido pela força aérea e do espaço, é o comando do espaço quem trata disso, e nós não temos um tema para intervir dentro. A não ser que mude, mas não vejo o nosso valor acrescentado. Obrigado pela qualidade das intervenções. Tenho uma pergunta sobre os famosos 3 % de casos não identificados após investigação. A priori, é dentro desses casos que deve haver um pouco uma bolsa científica e técnica que não compreendemos. E esses 3 %, primeiro, evoluíram com o tempo? Encontram cada vez mais explicações ou não? E a outra pergunta — agradeço ao Sr. Vaillant, porque estava um pouco frustrado com o lado científico — quem analisa, de facto, esse défice de conhecimentos científicos e técnicos? Essa é a primeira parte. E a segunda parte, corolário, quem prescreve as ações de investigação destinadas a colmatar este défice de conhecimentos científicos e técnicos? Última pergunta: é evidentemente frustrante e lamento. Há que ser paritários. Sim. Bom dia, senhores. Obrigado pela vossa exposição. Tinha uma pergunta. De facto, represento várias associações e coletivos, tinha uma pergunta em nome da associação Taranis, que implementou um protocolo de captação de FANI. Que podemos fazer quando somos uma associação que produz vídeos que mostram fenómenos autenticados, que não eram explicáveis por

consultores do GEIPAN, e que têm uma cinemática extremamente perturbadora, idêntica em todos os pontos à divulgada pelas autoridades norte-americanas? Que podemos fazer com estes vídeos, quando não há resposta por parte das instituições competentes? Obrigado. Todos os testemunhos são livres no GEIPAN, basta preencher um questionário, declinar a sua identidade, pôr à disposição as fotos, os vídeos, responder ao que se viu, enfim, onde a associação viu tudo isto, e, não há problemas particulares. Não sei porque diz que declinamos, não tenho conhecimento de ter solicitações da associação Taranis. Se é a associação Taranis quem nos contacta, com certeza não responderemos — queremos alguém, não se pode testemunhar sob pseudónimo. É claro que as pessoas devem declinar a sua identidade, devem ter visto com os próprios olhos também o que declaram, e a partir daí, se for admissível, não vamos praticar apartheid. Responder-lhes-emos. Sim, sobre os 3 %, há 3-4 % dos casos, 106 são publicados no sítio do GEIPAN, que cobre simultaneamente o GEIPAN contemporâneo e o GEPAN, SEPR. Num momento dado havia um pouco mais, havia 20 a 25 % categorizados D. Há que dizer que a categoria D não tinha exatamente o mesmo significado que agora. Eram casos dignos de interesse... Antes da classificação D, havia uma vocação mais documental, isto é, havia uma pré-classificação. E é certo que a endurecemos, no final, com o nascimento do GEIPAN. Quanto à atividade de investigação, respondo às vossas perguntas: é o Grupo de Estudos sobre os fenómenos aeroespaciais não identificados. Não fazemos investigação. Globalmente, fazemos muito pouca investigação no CNES. A investigação está confiada às universidades, está confiada ao CNRS. Nós estamos para animá-la, e não há debate. Além disso, não sei como se poderia traduzir essa investigação. Não há uma temática a alojar no CNES. As temáticas são publicadas no sítio, tudo aquilo sobre que trabalhamos. Não há temática nesse domínio. Mas, globalmente, não cabe ao CNES fazer investigação, podemos pilotá-la eventualmente se uma comunidade se organizar. Uma última pergunta antes da pausa. É ele. Obrigado, finalmente. Bom dia, senhores, em dois segundos. Primeiro, obrigado por tudo o que explicaram. De verdade, os trabalhos que realizam parecem-me fantásticos. Eu funciono segundo Pareto: ou seja, o que acontece com os 3 %? E claro que o trabalho feito antes é essencial, mas o que acontece com os 3 %? E Sr. Vaillant, agradeço-lhe infinitamente a sua tomada de altura, porque é ela que me anima hoje. Sou uma cidadã, venho aqui, não sou jornalista, trabalho no setor privado, estou muito interessada no tema e nos fenómenos. E perguntava-me se, evidentemente, colocam o tema a nível político, societal, como se estrutura, com que meios, que abordagem — ou seja, mais simplesmente analisar com uma investigação métrica, mas também uma investigação que se abra a todas as ciências, e portanto como se articula, como se estrutura, etc. Identificam nas nações próximas de nós, ou noutras partes do mundo, se outras instâncias, países, nações, estão abertas a este tipo de construção? Absolutamente. E creio que é uma constatação totalmente partilhada. Ou seja, se hoje colocamos esta questão dos padrões e de como se pode fabricar ciência, é porque as bases de dados existem, mas são todas diferentes. Todas foram construídas historicamente com protocolos e meios diferentes. Isto, por um lado. E depois, por outro lado, o facto de a ciência que existe hoje para os FANI — temos um comité de peritos no GEIPAN, por exemplo, temos cientistas que trabalham no seu laboratório ou cada um no seu canto, mas não existe de maneira holística, não de maneira global à escala da nação. E é o mesmo em todos os países. Assim, o que tentamos fazer, o que tentamos ver, é reunirmo-nos com diferentes organizações para ver como podemos, de certo modo, extrair estas teses, estes papers de investigação que já existem em todos os domínios científicos, pô-los em comum e, de certo modo, empurrar com organizações como o SUAPS, mas outras, à escala internacional, para construir uma forma de coligação internacional que apoie ou que ajude a suscitar esta forma de nova ciência, esta ciência de que precisamos. E queria agradecer, desculpe, e solto o microfone depois, porque... obrigada

por terem organizado o colóquio. Obrigado pelos vossos «obrigados». E faremos uma pequena pausa de 10 minutos. Portanto voltamos aqui às 17:50 para a última mesa redonda.

Philippe Ailleris (UAP Observations Reporting Scheme)

Philippe, cedo-te a palavra para esta primeira intervenção. Muito bem. Bom dia, senhoras e senhores. Desde o início deste colóquio ouvimos diferentes intervenientes que abordaram os fenómenos aeroespaciais não identificados desde ângulos históricos, sociológicos, operacionais, científicos ou institucionais. Pela minha parte, gostaria de adotar uma perspetiva algo diferente. Em vez de nos perguntarmos o que são estes fenómenos FANI, proponho-vos refletir sobre a maneira como os observamos e os estudamos. Porque o verdadeiro desafio não é apenas o do inexplicado. É também um desafio de observação, de produção de dados e de gestão da incerteza. É esta reflexão que quero partilhar convosco agora. Diapositivo seguinte. Seguinte, desculpem, então. Para estruturar esta apresentação, proponho-vos agora abordar três perguntas simples. Primeiro, o que vemos realmente quando falamos de fenómenos aeroespaciais não identificados? Depois, como transformar uma observação em dados cientificamente exploráveis? E por último, qual pode ser o papel das instituições perante fenómenos que por vezes continuam incertos? Em resumo, trata-se de observar, documentar, e depois compreender. Começamos pela observação. O seguinte. Na realidade, há que dizer primeiro que os FANI não interpelam apenas as testemunhas. Interpelam também as instituições científicas e públicas. E porquê? Porque quando se observa um fenómeno inabitual no céu, o público espera naturalmente explicações fundadas em factos. No entanto, as instituições não têm vocação de explicar todos os FANI. Em contrapartida, podem aportar a sua peritagem quando uma observação diz respeito aos seus domínios de competência, por exemplo os fenómenos atmosféricos, a astronomia, as tecnologias humanas ou as atividades espaciais. E precisamente, estas atividades espaciais são hoje muito mais visíveis do que há alguns anos. Esta revolução reflete-se agora diretamente nos avistamentos de FANI na Europa. Obrigado. Certamente, uma das evoluções mais notáveis destes últimos anos é a crescente visibilidade das atividades espaciais. As duas fotografias apresentadas aqui no ecrã são bons exemplos. Por vezes foram interpretadas como fenómenos inabituais, quando correspondem a eventos perfeitamente identificados ligados a lançamentos de foguetes. Hoje, e mais amplamente, têm-se os satélites, a estação espacial internacional, os comboios Starlink, as reentradas atmosféricas ou certos fenómenos associados aos lançadores, que representam uma parte crescente dos avistamentos. Os números apresentados no diapositivo provêm de estatísticas estabelecidas na Bélgica e na Alemanha, em colaboração com a comunidade europeia EuroUFO.net, que há vários anos contribui para a recolha e a análise séria dos testemunhos de FANI. A ideia importante não está nas estatísticas, mas em que o espaço não produz apenas dados científicos, mas torna-se também numa fonte crescente de testemunhos de observações inabituais, e portanto de FANI. Mas se as observações de FANI colocam tantas perguntas, é também porque são particularmente difíceis de estudar cientificamente. O seguinte. Assim, antes de falar dos dados ou do papel das instituições, há que assinalar uma dificuldade fundamental. Se os FANI são difíceis de estudar, não é principalmente porque sejam misteriosos, é sobretudo porque são imprevisíveis. Em ciência, geralmente podemos preparar uma experiência, repetir medições e comparar os resultados. Aqui é quase o contrário. Não sabemos nem onde nem quando se vai produzir uma observação de FANI. Os fenómenos são muitas vezes breves, não reprodutíveis, e aparecem fora de toda a cobertura instrumental adaptada. A isto acrescenta-se outra dificuldade, já mencionada antes. A maioria das observações baseia-se primeiro numa testemunha humana. Mas a maioria das testemunhas não são nem astrónomos, nem pilotos, nem especialistas em observação do céu. Confrontam-se, muitas vezes de forma

inesperada, com fenómenos que não estão habituados a observar. É, portanto, natural que uma parte importante dos avistamentos corresponda no final a fenómenos atmosféricos, astronómicos, aeronáuticos ou espaciais perfeitamente identificáveis. Mas há que acrescentar a isto que a incerteza funciona nos dois sentidos. Ao contrário, fenómenos realmente inabituais podem também passar despercebidos, ser insuficientemente documentados ou ser fechados demasiado depressa, por falta de dados suficientes. Os dados disponíveis são, pois, muitas vezes incompletos ou difíceis de interpretar. No final, a verdadeira pergunta não é apenas o que observámos no céu, é também que dados dispomos para analisá-lo. Por outras palavras, nem todas as observações de FANI aportam o mesmo nível de informação e, portanto, não têm o mesmo valor científico, como se reflete na pirâmide simples mostrada no diapositivo. Um testemunho humano na base pode ser muito útil para assinalar um fenómeno, mas raramente proporciona dados suficientes para uma análise completa. Quantas mais medidas instrumentais se acrescentam, e depois vários sensores independentes, mais aumenta o valor científico. No topo desta pirâmide da qualidade e riqueza dos dados disponíveis, encontram-se evidentemente os dados físicos diretamente exploráveis. Mas uma situação extremamente rara hoje em dia. A mensagem é simples. Quanto mais numerosos, independentes e bem documentados forem os dados, mais possível se torna compreender o observado. Mas mesmo quando existe um vídeo, por exemplo, muitas vezes falta uma parte essencial do contexto. E esta questão do contexto é particularmente importante hoje, sobretudo quando se analisam certos vídeos que suscitam muita atenção no debate público. O seguinte. Há alguns anos, e ainda mais com as recentes publicações dos Estados Unidos sobre supostas classificações, o público é regularmente confrontado com imagens apresentadas como particularmente intrigantes. Aqui veem uma foto de um exemplo de 2021. Os vídeos suscitam muito interesse, claro. Mostram que um fenómeno foi efetivamente observado. O que muitas vezes falta são os dados essenciais: a distância real, o tamanho, a velocidade, os parâmetros do sensor ou o contexto radar e ambiental. Sem esses elementos, torna-se difícil distinguir um fenómeno inabitual de um simples efeito de observação ou de uma limitação instrumental. Um vídeo constitui, portanto, um excelente ponto de partida, mas raramente uma demonstração científica por si só. Seguinte, se quiserem. Os sprites vermelhos que veem no ecrã, fenómenos luminosos transitórios observados por cima das trovoadas, ilustram bem como progride a ciência. Com efeito, a história das ciências mostra bem que certos fenómenos, durante muito tempo considerados anedóticos ou mal compreendidos, só puderam ser explicados após a chegada de instrumentos adaptados e de dados de melhor qualidade. Os sprites são um exemplo perfeito. Durante várias décadas, pilotos tinham reportado breves fenómenos luminosos por cima das trovoadas. Na falta de medições instrumentais, esses testemunhos permaneceram difíceis de interpretar e mesmo antes ignorados. Depois, no final dos anos 1980, as primeiras observações instrumentais mudaram a situação. Os sprites tornaram-se progressivamente objeto de estudos científicos. Hoje, estes fenómenos são mesmo estudados a partir da estação espacial. Claro, pode-se dizer que os sprites não são FANI, mas este exemplo mostra perfeitamente que um fenómeno inexplicado durante muito tempo pode tornar-se compreensível quando os dados e os instrumentos progredirem. Esta ideia leva-nos naturalmente ao papel das instituições. Seguinte. Obrigado. Assim, depois das observações e dos dados, coloca-se uma última pergunta: qual pode ser o papel das instituições? Acrescentei algumas neste diapositivo. Nem todas têm evidentemente a mesma missão. Algumas recolhem e documentam os testemunhos. Outras ajudam a identificar as explicações mais prováveis quando correspondem ao seu domínio de peritagem. Outras contribuem para preservar os dados, mobilizar competências científicas ou técnicas ou desenvolver métodos de análise. O seu papel pode ser também situar uma observação no seu contexto, avaliar o nível de incerteza associado à informação disponível e comunicar esta informação de maneira clara e transparente ao público. Esta reflexão não é nova, aliás, uma

vez que entre 1976 e 1978, o primeiro-ministro de Granada, Sir Eric Gairy, durante três anos dirigiu-se à Assembleia Geral das Nações Unidas para tentar promover a investigação sobre os FANI. Ainda hoje, diferentes organizações prosseguem esta reflexão, cada uma no quadro das suas competências. Mas o importante a sublinhar é que, para uma instituição científica, o compromisso não pode, no entanto, basear-se apenas na curiosidade. Supõe um mandato claro, uma pertinência científica, um interesse societal, uma vontade institucional de investir no tema e, quando é necessário, uma cooperação internacional. O objetivo continua a ser o mesmo: produzir conhecimentos fiáveis, reduzir as incertezas quando for possível e informar o público de maneira rigorosa e responsável. Mas no fundo, os FANI representam apenas uma parte de um desafio muito mais amplo. Observamos hoje um céu cada vez mais complexo. Temos mais drones e aparelhos voadores de diferentes tipos, temos mais satélites, mais lançamentos de foguetes, mais dados e também mais observações inabituais. As apostas dizem respeito à ciência, à qualidade dos dados, à segurança aérea e espacial, à informação do público e à cooperação internacional. Mas dizem também respeito às nossas capacidades coletivas de desenvolver uma verdadeira cultura científica perante a incerteza, distinguindo os factos estabelecidos das hipóteses e favorecendo um debate baseado em dados. As novas tecnologias, em particular a inteligência artificial, oferecem hoje perspectivas novas e inéditas para explorar grandes volumes de dados e detetar fenómenos inabituais. Por último, diria que estas apostas participam também na manutenção da confiança entre os cidadãos, os cientistas e as instituições, aportando respostas transparentes, rigorosas e proporcionadas aos conhecimentos disponíveis. Também nos recordam que a ciência progride permanecendo aberta a observações novas, exigindo provas à altura das afirmações. O desconhecido, portanto, não deve ser aceite sem provas, nem descartado por princípio, mas estudado com método. E o último diapositivo, obrigado. Para concluir, voltarei a estas três ideias do início: observar, documentar, compreender. Vivemos hoje num ambiente aéreo e espacial cada vez mais complexo, onde certas observações inabituais nem sempre podem ser identificadas imediatamente. Isto não permite deduzir a sua origem. Mas justifica prosseguir as observações, melhorar os dados e continuar as investigações. A ciência não progride nem aceitando todas as hipóteses, nem rejeitando-as sistematicamente. No fundo, o desafio não é defender conclusões extraordinárias. O desafio é melhorar a nossa capacidade de estudar os fenómenos inabituais, com abertura de espírito, rigor, método e espírito crítico. É assim que o inexplicado pode progressivamente tornar-se num objeto de conhecimento.

Baptiste Friscourt (correspondente, The Debrief, Sentinel News)

Obrigado pela vossa atenção. Passamos agora a palavra a Baptiste Friscourt. Bom dia, obrigado por me receberem hoje. Gostaria primeiro de voltar, porque me parecia que se deu pouca definição sobre o tema, sobre o que é um FANI. Um FANI é uma incógnita. O trabalho da ciência é passar o desconhecido a conhecido. Sempre haverá FANI, sempre descobriremos coisas novas. Agora há que abordar a pergunta: que FANI nos interessam? Procuramos plasmas na alta atmosfera? Procuramos plataformas avançadas capazes de ter prestações que superam o que somos capazes de ter nos nossos arsenais? Essa é a questão. Gostaria de começar por um caso paradigmático, o da vaga belga. Ocorreu recentemente, a muito curta distância de nós. Desenvolve-se entre 1989 e 1991 e concentra-se na Valónia e em Bruxelas. Haverá mais de 2000 observações durante esse período, chegando a várias dezenas de observações no mesmo dia. Estas observações também são realizadas por gendarmes que perseguem em viatura estes objetos que voam a muito baixa altitude. Realizam-se intercepções aéreas. Cada vez, estes objetos conseguem soltar-se dos F-16 embora estejam bloqueados

pelo radar. Os pilotos descrevem que estes objetos partem a grande velocidade ou que são invisíveis da sua cabina, mas visíveis do solo segundo os gendarmes. Portanto estamos perante plataformas complexas, não são situações simples. Há o relatório oficial do major Lambrecht, que faz o balanço, por exemplo, das operações efetuadas entre 30 e 31 de março de 1990, nas quais haverá nove tentativas de interceção. Cada vez, os objetos partem. O particularmente interessante neste caso é a tomada de palavra política. A 16 de dezembro, o ministro da Defesa Poncelet toma a palavra e diz que o observado são luzes de discoteca que se estavam a refletir nas nuvens. A 18 de dezembro, o coronel De Brouwer, chefe da força aérea, declara que isso não é possível, que essas luzes tinham uma assinatura radar. E aí, encontramos-nos perante a população, que tem duas versões completamente diferentes de duas figuras de autoridade. E apesar de tudo isso, apesar do número de avistamentos, apesar das interceções, não houve nenhum pânico. Temos um caso paradigmático ocorrido a algumas centenas de quilómetros de nós, que nos mostra que não há pânico da população, mesmo em casos extremamente significativos. Esse é um primeiro balanço que já pode fazer-se do estudo deste fenómeno, mesmo a muito grande distância. Mesmo considerando que eram elementos perfeitamente normais e mal interpretados, não provocou pânico. A segunda coisa a que gostaria de voltar é a parte europeia. Há várias décadas — e há que saudar o trabalho dos deputados europeus por isso — foram colocadas perguntas à Comissão Europeia sobre o tema dos FANI. A resposta da Comissão é sistematicamente a mesma: trata-se da competência nacional dos países, não é da competência europeia, e, em contrapartida, estão perfeitamente de acordo em usar, por exemplo, o programa Horizonte para lançar um programa de investigação sobre o tema. Podem, por exemplo, retomar as perguntas do deputado de Massy, recentemente, onde se explica exatamente isto. Não é um objetivo de investigação, a Comissão Europeia não dispõe de informação, não faz parte dos domínios do direito do espaço. E quanto à implementação de ferramentas específicas para os pilotos, explicam que já existem dentro da EASA, a Agência Europeia de Segurança Aérea. O problema é que estes relatórios dos pilotos estão classificados como secretos. Só há dois países na Europa onde estes relatórios estão disponíveis: a Suíça e o Reino Unido. E são extremamente interessantes. Se forem ver os relatórios do Reino Unido, a 19 de maio de 2025, sobre o centro de Londres, uma das zonas mais vigiadas da Europa, a 3000 metros e a 450 km/h, um A320 observa um objeto triangular passar a alguns metros da sua cabina. E aí coloca-se a questão da segurança aérea. Esta pergunta foi colocada aos representantes da EASA quando houve o evento organizado por Michaël Vaillant no Parlamento Europeu. Disse que o sistema de relatórios já existia e que não havia perguntas a fazer. Pode perguntar-se: porquê que se tem mais medo destes relatórios na Europa e não no Reino Unido ou na Suíça? O que sim temos, em contrapartida, contrariamente ao que dizia o Sr. Vaillant, é que já temos programas científicos que existem e trabalham sobre o tema, mas trabalham num tempo científico, que não é o tempo da imprensa, que não é o tempo dos media. Temos vários programas de investigação ou projetos de programas de investigação em curso atualmente em universidades do mundo, na Europa e em França, alguns com capacidades para implementar observatórios especificamente sobre os FANI, para poder obter dados indiscutíveis e com padrões académicos. Veem atrás de mim um exemplo, que é o programa IFEX na Universidade de Würzburg, organizado pelo professor Hakan Kayal e com o apoio do exército. Não precisamos de uma superestrutura por cima, é o funcionamento normal da ciência funcionar desta maneira. Voltando ao Reino Unido, cada país do planeta se confrontou com este fenómeno, que não espera que nos ocupemos dele. Chega e cabe ao poder no local reagir. Não farei a história de cada país, consagrar-me-ei unicamente a certos períodos chave. Há numerosos casos ocorridos no Reino Unido que levaram à criação de dois grupos: um gabinete secreto militar e um gabinete político também militar. Público, desculpe, também militar. Recentemente, veio à luz a imagem do OVNI de Calvine, que tinha sido

fotografada em 1990, recuperada no ano passado pelo doutor David Clark, atualmente em estudo na Universidade de Sheffield Hallam e a Universidade Andrew Robinson. As fotos originais que tinham sido entregues a um jornal foram confiscadas pelas forças de defesa. Aqui também, pode perguntar-se: é necessário ter que esperar todo esse tempo para que universidades possam estudar simplesmente umas marcas fotográficas, sejam autênticas ou falsas? Também há que saudar o trabalho da Câmara dos Lordes. Nos últimos anos, os Lordes têm — não quero dizer assediado — insistido extremamente com os representantes do Ministério da Defesa sobre as perguntas sobre os FANI. A resposta do Ministério da Defesa é que não representa uma questão de defesa nacional. Aqui também, quando se retoma o relatório Airprox de 19 de maio de 2025, se um objeto que passa sobre Londres e não está vigiado não representa uma questão de segurança nacional depois do 11 de setembro, pode-se colocar questões. No diapositivo veem o relatório Condign, realizado em 2000. Era um relatório que fazia balanço de vários anos de estudos militares sobre o tema dos FANI. E no seu interior há uma frase muito interessante: recomenda aos pilotos britânicos não se aproximarem dos FANI e não tentarem interceptá-los, porque isso provocou, em situações semelhantes, perdas nas forças aliadas. Se isso não é um problema de segurança nacional, pode-se colocar questões. Também na Universidade de Durham, o professor Michael Bohlander criou a declaração de legitimação da investigação científica SETI e FANI, alojada pela Universidade de Durham mas não cooptada. Ainda estamos num intermediário científico. Este ponto é muito importante mas muito subestimado. Quando falava antes da definição de o que é um FANI — procuramos plataformas que superem todas as nossas capacidades ou plasmas no espaço? Para pôr esta condição em jogo, há que meter dentro a investigação SETI. SETI é uma abreviatura da busca de inteligência extraterrestre. Curiosamente, as instituições SETI sempre foram extremamente hostis a levar a cabo investigações ao mesmo tempo sobre o tema OVNI. Tenho testemunhos de cientistas que entrevistei na minha função de jornalista que disseram ter tido o seu artigo rejeitado porque as organizações SETI consideram que o tema não é legítimo na investigação SETI. Seguinte. Em Espanha, já em 1991, houve uma enorme operação de desclassificação de relatórios militares. E ao percorrê-los, encontrarão numerosos relatórios que mostram que houve sobrevoos sobre bases militares, cuja natureza é inexplicável. Geralmente ocorre nos anos 70. Em 2018, também tivemos o novo diretor da segurança nacional, o coronel Pedro Baños, quem declarou que certos casos de ovnis correspondiam também a tecnologias secretas norte-americanas. Portanto, quando se fala de plataformas avançadas, não há que esquecer que também há capacidades técnicas ocultadas ao público por necessidade de defesa. Em Itália, há uma célula da força aérea que difunde todos os anos um relatório anual sobre o número de objetos encontrados, as investigações realizadas e a sua distribuição no território. Também há investigações realizadas nos arquivos do Vaticano pela doutora Pasulka para encontrar casos antigos. Podemos saudar por outra parte o trabalho de Jacques Vallée, aqui presente na sala, que realizou um longuíssimo trabalho de investigação de arquivos para encontrar estes casos antigos. Encontrá-los-ão em «Wonders in the Sky», e aí coloca-se realmente uma pergunta. Ou seja, se temos plataformas avançadas anteriores ao século XIX, isso coloca questões sobre a sua origem. Seguinte. Na Rússia, a Rússia tem uma história imensa sobre o tema, vou ir muito depressa. Nestes últimos anos, as instituições tornaram-se silenciosas devido ao conflito na Ucrânia. No entanto, sempre temos na imprensa testemunhos de pilotos que dizem ter encontrado estes objetos no céu ao longo da sua carreira, e encontram uma simetria quase permanente entre as tomadas de palavra norte-americanas e as tomadas de palavra russas. Mostram que sim, eles também estão sobre o tema. Em 2024, o Instituto Keldysh lançou um apelo a testemunhas para o estabelecimento de um programa de investigação. É um instituto que trabalha sobre muito altas energias. Com a queda do muro, ponto interessante, os almirantes russos declaram observar objetos desconhecidos nas profundezas. Um testemunho

corroborado nos Estados Unidos pelo doutor McGwier, quem, quando estava em missão num submarino nuclear, observou uma nave imensa passar junto ao submarino e forçá-lo a vir à superfície. Isto também foi confirmado pelo almirante Gallaudet. Como a França dispõe da segunda maior zona económica exclusiva marinha, seria interessante perguntar aos nossos submarinistas se encontraram os mesmos objetos. Tivemos a presença da força aérea e do espaço, temos o GEIPAN consagrado aos fenómenos aeroespaciais. Agora que temos mais de 70 anos de extração de dados, sabemos que estes objetos são capazes de passar por qualquer meio sem nenhuma dificuldade. Qual é o ponto de vista da marinha? Um dos países mais avançados no tema em termos políticos é o Japão, que fez um grande contributo para o colóquio. Anuncia-se disposto a colaborar com qualquer outra nação que procure trabalhar sobre o tema. Há um grupo parlamentar liderado pelo antigo ministro da Defesa, Yasukazu Hamada, e múltiplos ministros da Defesa desde 2020 declararam todos que o tema era importante, que trabalhavam com os Estados Unidos, que examinavam os relatórios dos seus próprios pilotos. No Chile, desde 1997, o exército dispõe de um grupo de estudos permanente sobre o tema. Na China, a vantagem é que não há absolutamente nenhum tabu sobre o tema, uma vez que foi mesmo favorecido pelo governo, que queria servir-se da população como ferramenta de deteção desses objetos. E dentro da tradição e das lendas chinesas, estes objetos estão referenciados. Já em 2014, organizam a conferência dos cinco continentes. Tentam eles próprios criar um consenso político pelo seu lado. Convida-se investigadores de uma quinzena de nações a participar. Em 2021, sabemos que um grupo militar de estudos dos OVNI é capaz de antecipar as trajetórias dos OVNI mediante o uso da inteligência artificial e que a utilizam para levar a cabo missões de interceção. Em 2026, sabemos que examinam com grande atenção os arquivos norte-americanos postos online pela presidência Trump, e num artigo que passou despercebido. Em cima à esquerda, o exército chinês difunde um artigo de propaganda cujo título, retomado pela imprensa nacional, é que o exército chinês levou a cabo missões de interceção contra OVNI. O artigo em si tem várias páginas. E é o título escolhido por os jornais para recolher a informação. No seu interior, têm o testemunho de um piloto que declara que entre os anos 80 e 90, um objeto desconhecido chegou ao espaço aéreo chinês e que realizaram uma operação de urgência para intercetá-lo e que a interceção teve sucesso. Seguinte. No Uruguai, a força aérea investiga o tema desde 1979 e mantém acordos muito estreitos com os Estados Unidos. E isso é bastante interessante porque 1979 é o momento em que os Estados Unidos declaram que o tema não é interessante. E, no entanto, vão animar os países da América do Sul a criarem o seu próprio grupo de investigação sobre o tema. Seguinte. Aqui chegamos a um grande capítulo. O Brasil é provavelmente um dos territórios mais densamente sujeitos ao fenómeno. Como ponto de partida, entre outros, têm em 1977 o caso de Colares, têm uma população que vive numa aldeia que se encontra com feridas, queimaduras, descrevem ver objetos que chegam a lançar raios luminosos, esses raios luminosos são capazes de atravessar as paredes sem deixar marcas nas paredes — coisas realmente anormais. Perante os danos constatados, o exército brasileiro virá ao local para levar a cabo uma investigação. Ainda hoje, estes documentos não foram tornados públicos. Uma parte começou a tornar-se pública, mas nenhum documento fotográfico ou de vídeo foi tornado público. Jacques Vallée, ainda na sala, foi um dos investigadores no local. Um dos casos que voltou muito recentemente à atualidade é o caso de Varginha, ocorrido em 1996, um caso de crash de um objeto com encontros próximos que o seguiram e que ficou muito tempo na mitologia ufológica. E acontece que em 2026, Aldo Rebelo, antigo ministro da Defesa do Brasil, declarou que sim, esse caso ocorreu realmente. Entre 2022 e 2025, também tiveram audiências no Parlamento brasileiro sobre o tema, com peritos convidados. O Canadá também se consagrou ao tema. O Canadá tem também uma muito longa experiência do fenómeno com numerosos grupos de Estado, entre eles o projeto Magnet por exemplo, que abordaram o tema de maneira muito séria. E perante a amplitude da

vaga de informação proveniente dos Estados Unidos desde 2017, lançaram, por parte da chefe do gabinete científico, uma atualização dos dados do Canadá, incluída uma sondagem à população em que 27 % da população declarou ter visto um objeto anormal. Mesmo se se tomam os 5 % de casos de muito alta confiança e muito anormais nas estatísticas do GEIPAN, encontramos ainda assim com várias dezenas de milhares de casos completamente anormais na população canadiana. Seguente e seguinte. Passamos aos Estados Unidos. Muito rapidamente. Desde 2017, houve uma vaga de informação vazada da defesa. Entre 2017 e 2020, há briefings realizados entre os pilotos e os responsáveis políticos. A partir de 2022, há uma série de audiências nas quais testemunhas, representantes do governo, militares vêm declarar que sim, este fenómeno é real. Sim, foi observado, e aparentemente, a informação não sobe. Continua ainda hoje sob a condução dos eleitos norte-americanos, de que falávamos antes. A representante Luna, que pediu uma amnistia para todas as pessoas que teriam informação interessante. E aqui, em contrapartida, há que fazer uma nuance: é «teriam informação interessante». Isso não quer dizer que a informação das pessoas esteja confirmada; é preliminar à investigação. Ultimamente, para responder ao que se disse. Posso ter dois minutos mais? Dois. Porque se não, não posso falar de França, o que seria uma pena. Portanto em França faz-se remontar muitas vezes o início do tema a 1947 nos Estados Unidos, mas em 1946 temos rasto na inteligência de um memorando ao presidente francês que o adverte de que nos países nórdicos se viram objetos completamente anormais. Estamos depois da Segunda Guerra Mundial, na época não compreendemos, a Alemanha ruiu, estamos em 1946, vemos objetos que atravessam o mar Báltico e chegam às costas dos países nórdicos. Portanto sabemos que já naquela época o poder francês estava a par. Em 1952 e 1954, há uma grande vaga de avistamentos, o que empurra os deputados da época a impor ao exército a criação de um grupo militar. Portanto temos uma das raízes mais antigas de estudos militares sobre o tema dos FANI dentro da França. Em 1970 e 1975, há uma nova vaga de observações. Será retomada pelo Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional. Temos a entrevista de Robert Galley, o ministro da Defesa, que declara, mostrando os dossiers secretos perante os jornalistas, que sim, os pilotos franceses veem bem estes objetos e que estes objetos são anormais. Mesmo precisa que, pelo número de investigações realizadas pelos gendarmes sobre os casos de encontros próximos, não é possível afastá-los. Em 2000 teremos a publicação do relatório COMETA, os OVNI e a Defesa, também vendo os OVNI na aposta da segurança nacional. Em 2008 temos a criação do comité Sigma. Em 2021 publicam o seu relatório de progresso, que vos recomendo vivamente, se procuram informação técnica sobre o que é um avistamento de OVNI, quais são as assinaturas eletromagnéticas, os efeitos de radiação, terão tudo dentro, é um imenso trabalho de 400 páginas. Chegamos em 2025 com o PDSF, o Paris Defense and Strategy Forum, que acolherá uma mesa redonda sobre os FANI. Em 2025 também teremos Vision Radar na escola militar, que organizará um colóquio sobre os FANI. E no PDSF 2026 foi mencionado dentro das prospetivas militares. Atualmente, em França, várias universidades estão a refletir sobre como abordar o tema, ou mesmo criar um programa de investigação. Enfim, um pequeno parêntesis. Ele crê que está no seu canal, está habituado ao formato 2h45, aviso-vos. Uma proposta de programa de investigação foi apresentada também a uma grande agência francesa. Na minha investigação para o vosso briefing, pude contactar pilotos militares franceses, particularmente nas forças aeronavais. Confirmaram que há observação destas plataformas avançadas não explicáveis, e recorde que são pilotos militares: o seu treino é identificar absolutamente tudo o que são capazes de ver no seu espaço. E quando lhes perguntei a frequência, declararam que era de 3 a 4 casos por ano dentro da sua unidade. Quando lhes perguntei porque é que não faziam subir a informação ao CAPCODA, de que falámos antes, disseram que o risco para a sua carreira era demasiado grande. Quando levei exatamente a mesma investigação entre os pilotos civis, responderam-me exatamente o

mesmo. O risco para a sua carreira é demasiado grande. E o muito interessante é que é um risco percebido. Ou seja, temos alguns casos fora da Europa em que há pilotos que foram afastados por declararem terem visto um FANI. Mas se tomarmos, por exemplo, o exemplo de Jacques Crin em França, um piloto que viu um objeto completamente anormal e com um testemunho extremamente sólido, não se tomou nenhuma medida contra ele. E quando lhes perguntei o que poderia mudar a situação, declararam o facto de um membro do Estado-Maior dizer que havia necessidade

Sylvain Maisonneuve (antigo conselheiro ministerial, autor)

de reportar esses objetos às instâncias superiores. Obrigado. E para a última intervenção, deixamos a palavra a Sylvain. Muito obrigado, senhor deputado. Obrigado, senhores deputados, pela organização deste evento. É realmente muito corajoso da vossa parte. E por isso queria saudá-lo. Vou improvisar um pouco uma parte porque pensava que haveria desenvolvimentos algo mais consistentes sobre a história do fenómeno. E evidentemente, não estamos no espectro norte-americano, europeu ou outros, estamos essencialmente no francês, e queria rebater um pouco sobre isto, portanto vou improvisar uma parte. Só para dizer, para me apresentar rapidamente, exerci quase 5 anos como conselheiro em gabinete ministerial, como conselheiro encarregado de empresas, e cheguei por ocasião da crise da Covid e saí depois da crise do furacão Chido que tinha devastado Mayotte. Portanto estive também presente, embora não tivesse trabalhado no dossier, quando, por exemplo, a Rússia invadiu a Ucrânia e nos asseguravam que evidentemente era inimaginável e que só era um exercício. O que retenho, na realidade, da mecânica do poder em situação de crise ou em situação normal, de resto, é evidentemente muitos pontos positivos. Há muita inteligência, muita inteligência deliberativa no Estado, mas também há fragilidades realmente estruturais, e conto quatro. A primeira é que não somos muito bons — vi-o particularmente durante a Covid — em observar e analisar de maneira ao mesmo tempo holística e granular o que se passa no estrangeiro. O benchmark é realmente um ponto de dificuldade em nós. Segundo ponto fraco, e é cultural: temos um estado de espírito conformista. Ou seja, custa-nos refletir fora de quadros que já se apresentaram sobre os quais temos um passivo de que raciocinar. O terceiro é o nosso software, que é um software de regulação. Precisamos de poder apreender, poder definir e poder qualificar para abordar um tema. Por definição, quando estamos no dos FANI, é eminentemente mais complexo e portanto o software encrava. Quarta e última dificuldade, enfim, demonstração. É coisa dos reptilianos, como todos sabem, quarto ponto fraco, é a subida dos dados, e aí, efetivamente, é extremamente variável entre cada serviço porque, evidentemente, há direções de excelência em Bercy, o Tesouro, a Direção-Geral das Empresas, etc. Coisas de uma imensa qualidade. Outras administrações centrais, em particular fora de Bercy, são um pouco mais fracas. Nas forças armadas, evidentemente, o nível é excelente também. Mas, aconteça o que acontecer, mesmo nas administrações de excelência, vemos que a subida do dado e a subida de dados qualitativos é na realidade muito mais complexa do que se crê. E não há que crer que tudo está disponível, etc., tão facilmente assim. Temos uma verdadeira aposta operacional de recolha e tratamento do dado a nível político. Feito este preâmbulo, e espero não falar tanto como Baptiste. Estes elementos, se quiserem, tenho-os em mente quando olho o fenómeno FANI. Porque no fundo temos duas maneiras de o abordar. Ou nos dizemos: na realidade é bullshit, ou seja, ou temos um fenómeno — ou uns fenómenos, mais exatamente — que na realidade se explicarão de maneira extremamente fácil quando tivermos uma progressão das nossas ferramentas técnicas, quando tivermos mais IA para fazer análises muito mais sistemáticas. E assim

sucessivamente. Há uma parte, efetivamente, de conspiracionismo também, de seita. Pareceu-me entender que havia alguns que tinham distribuído panfletos em frente à assembleia há pouco. Não sei se tiveram muito sucesso, mas bom. E assim, é realmente, desde esse ponto de vista, um tema: ou se considera que não é credível, e isso é hoje o dominante cultural e politicamente. Podem imaginar, no âmbito da preparação do livro, contactei bastantes ministros, porque comecei a escrevê-lo quando estava ainda em funções, aliás. Nenhum considerou que era um tema sério, credível, digno de estudo, etc. Incluídos alguns que tinham tido a responsabilidade do CNES na sua carreira, e não era por defeito, por fechamento de espírito ou outra coisa, é simplesmente que nem sequer se colocavam a pergunta. Ora, quando se olha de perto, e essa é realmente a aposta, creio, deste colóquio e do que se lhe seguirá, espero, é que há que olhar as coisas de maneira cética, pragmática, e distinguir o provado, o discutido e o que há que descartar. O provado hoje é que em França temos pilotos que, efetivamente, veem coisas e não as fazem subir à sua hierarquia. O provado é que no estrangeiro temos pilotos que deram testemunho de objetos com capacidades tecnológicas que superam, tanto quanto sabemos em todo o caso, os meios de que dispomos, com capacidades de aceleração equivalentes a vários milhares de G — recordo que as asas de um avião de caça se desprendem a uma dezena de G. Com também comportamentos, trajetórias extremamente atípicas, ângulos de 80 graus, etc. E portanto, eu, com essa experiência, que evidentemente é a minha experiência subjetiva e portanto perfeitamente discutível e criticável, digo-me que há talvez um tema que devemos abordar. E creio que é o caso, tanto mais que há vários elementos que me fazem pensar que ultrapassámos amplamente a fase dos sinais fracos. Quando observo um antigo diretor da CIA que fala abertamente de objetos que não se explicam e que podem, segundo ele — não digo que seja a minha opinião —, corresponder a formas de vida diferentes, isso deve interpelar. E era o diretor da CIA sob Obama, chama-se John Brennan. Quando temos o diretor de inteligência, hoje diretor de CIA sob Donald Trump, John Ratcliffe, que diz que efetivamente há capacidades tecnológicas que superam amplamente o que os Estados Unidos são capazes, e contra as quais não podem defender-se, e que não pensam que seja chinês ou russo. Não menciona a Europa, como de costume, mas, em todo o caso, vê-se para onde aponta o seu olhar. Avril Haines, diretora de inteligência sob Joe Biden, que tem declarações também extremamente fortes. Evidentemente, vários presidentes americanos, Baptiste disse-o, responsáveis também canadianos, japoneses, etc., que se mobilizam sobre a questão. Portanto temos hoje sinais fracos amplamente ativados. E, no entanto, estamos a abordar hoje o tema com o peso político necessário? Podemos ter ferramentas? A pergunta é se estão suficientemente dimensionadas qualitativa e quantitativamente para responder a estas apostas. Na minha opinião, a resposta é não. E isso expõe-nos. Expõe-nos porque se vê, por exemplo, que não temos nenhuma reação relativamente aos movimentos de desclassificação, de vídeos, de relatórios, etc., que têm lugar hoje nos Estados Unidos. Pode-se pensar que é uma manobra de diversão eleitoral. Pode-se também, em todo o caso, tentar forjar a nossa própria opinião e analisá-la sobre bases racionais para dizer-se: se houver um próximo capítulo de desclassificação, com vídeos claros, em alta resolução, que mostrem coisas realmente atípicas, como reagimos? Como comunicamos? Como abordamos o tema? O que pensamos? Como reagiríamos também se tivéssemos, como foi o caso nos Estados Unidos, isso é objeto de arquivos desclassificados, é objeto de testemunhos, mesmo foi objeto de um tratado internacional entre a Rússia e a União Soviética na época, sobrevoos de objetos sobre bases nucleares, em concreto em Minot e em Malmstrom, com impulsos eletromagnéticos que desarmam os sistemas de armamento? Sobrevoos também de instalações críticas — tivemos um testemunho privado que não foi reportado, sobre uma central nuclear francesa há uns anos no norte de França, de pilotos de caça, já o dissemos. E portanto temos um verdadeiro tema desde esse ponto de vista de, uma vez mais, a tomada em consideração do tema e a subida da

informação ao bom nível, e portanto, a partir daí, o que fazemos? E vou tentar ir mais depressa com a segunda parte. O colóquio é um primeiro passo, mas evidentemente um primeiro passo corajoso, mas na minha opinião, em todo o caso, é o que vos convido a fazer, senhores deputados: um primeiro passo e não o último, porque creio que mesmo nos elementos que foram apresentados, há evidentemente muita matéria por instruir, aprofundar e desafiar para não se contentar simplesmente com as respostas dadas. E na minha opinião, uma missão flash, por exemplo, seria realmente uma resposta hiperinteressante para trabalhar. Como, por exemplo, em forma de perguntas abertas, poderíamos trabalhar do ponto de vista da ação pública o tema? Primeiro, definir um método, e depois definir uma governança. Sobre o método, três níveis. O primeiro nível, recolher dados. Já se disse amplamente hoje onde estamos concretamente em termos de recolha de dados. E aí, deveríamos auditar a nossa governança, as nossas ferramentas e os nossos processos de recolha desses dados, seja de testemunhos de pilotos ou de dados de sensores radar, sejam dados civis ou militares, não devemos contentar-nos com as respostas oferecidas, devemos poder ir aprofundar e ter uma visão holística do conjunto. Devemos também saber concretamente, se um piloto de Rafale quiser dar um testemunho, é guiado hoje? Há processos e instruções implementados? Está assegurado para poder trazê-lo confortavelmente à sua hierarquia? Como funcionam hoje as nossas infraestruturas de observação? Sejam civis ou militares? Estão parametrizadas corretamente para detetar trajetórias atípicas? Tudo isto coloca-se do mesmo modo que a missão do GEIPAN, sobre a qual já não tenho muito tempo para voltar. Mas aí também, na minha opinião, poderia trabalhar-se. O papel do Ministério das Forças Armadas também. E também a vigilância estratégica. Creio que hoje precisamos de ter a nossa própria opinião sobre o que se passa noutros locais, e em particular nos Estados Unidos. O segundo nível é qualificar esse dado. Isso, já se disse amplamente, não me alongarei, mas é como tratá-lo de maneira rigorosa, científica, para que seja explorável. Como analisar o que vem de outros locais. E por último, o terceiro nível, é como operar esse dado. Ou seja, como traçar um roteiro a três ou cinco anos para conseguir que possamos melhorar regularmente as nossas capacidades de recolha, incluindo mediante a lecionação de formação. Integrar necessidades complementares de deteção, por exemplo nos nossos concursos sobre os nossos sistemas de observação técnica. Como se trabalha em cenários de antecipação? Como se trabalha em colaborações internacionais? Todos estes campos mereceriam ser explorados, olhados. E por último, para além do método, é preciso uma governança. Aqui vou ser muito rápido. Há que determinar absolutamente e com precisão quem faz o quê, porque quando não é o caso, todos fazem e ninguém é responsável. E já sabemos como termina isso. E deve ser evidentemente uma autoridade situada ao bom nível. Situada ao bom nível, ou seja, ter alavancas operacionais concretas, para poder subir e analisar o dado, isso é evidentemente chave. E dois, estar suficientemente acima para poder agir ao nível político e informá-lo. Se é um gabinete desconhecido pelas autoridades, evidentemente funciona muito menos. Bom, aí está, a minha palavra final, se quiserem, é que falamos regularmente de autonomia estratégica, é talvez algo forte considerar que sobre os FANI, estamos lá, embora quando se veem mais uma vez testemunhos de pilotos e observações realizadas, o tema se coloca, e não devemos evidentemente desenvolver uma visão sensacionalista ou catastrofista do tema, também não necessariamente militar, aliás. Tampouco devemos, e é um defeito que se encontra demasiado frequentemente, saltar etapas e começar a especular sobre a origem e a natureza do fenómeno, a necessidade é já poder qualificá-lo, documentá-lo para o compreender e forjar a nossa própria opinião.

Perguntas e respostas após a terceira mesa redonda

E creio que, tratando-se do país de Descartes, é o melhor que podemos fazer. Obrigado. Vamos tomar algumas perguntas antes de concluir esta jornada. Excelente. Apenas perguntas rápidas. Tínhamos dito fim às 19h, faltam 10. Antes não se respondeu à pergunta sobre a proteção dos alertadores. Escutem, creio que não me cabe a mim responder. Creio que o diretor do GEIPAN o evocou antes. Já há um reconhecimento sobre a proteção dos testemunhos realizados. Não sei a que nível hoje, em particular legislativo, se pode evoluir mais e fazer assegurar este estatuto, sabendo que, ao grande contrário dos Estados Unidos, em França, já há um estatuto de alertador. Mas não só isso. A pergunta é o que se passa nos Estados Unidos em relação ao que se passa em França. As duas últimas exposições foram muito boas porque abordaram esta questão. Mas há um contraste chocante entre o que pede Paulina Luna, ou seja, dar a palavra a pessoas que sabem onde se encontram os objetos, que sabem onde estão os cadáveres não humanos, isso é enorme, absolutamente enorme. E em França estamos totalmente desfasados em relação a isso, totalmente desfasados. Aqui, os desclassificados: é o que pedem os membros do Congresso. Estão exasperados pelas três vagas de desclassificação, querem fotos, cadáveres, é o que pedem. E portanto, se passarmos a este estádio, como gere a França esta situação? Bem. Espere, espere. Vamos tomar as perguntas, uma vez que aqui, em concreto, respondi-lhe, há um estatuto que permite eventualmente poder estar neste eixo. Depois, honestamente, não se pode fazer muito mais, exceto precisamente proteger o testemunho, assegurá-lo também. Mas vimo-lo através dos testemunhos e das intervenções anteriores, que hoje, creio, cada um é livre de poder ao mesmo tempo descrever as observações realizadas e depositá-las, em particular perante as autoridades competentes. Portanto não vejo muito bem. Não, mas não sei. Permita-me simplesmente terminar de responder. E se não o satisfaz, lamento. Mas creio que no estado atual hoje, há este estatuto que pode não ser uma resposta definitiva e que sem dúvida no futuro poderá evoluir, mas em todo o caso é claramente o estado, a situação que é bastante diferente da dos Estados Unidos, e em todo o caso não estamos fechados a continuar a trocar sobre o tema talvez para poder ter mais detalhes dos que não tivemos forçosamente hoje neste colóquio. Creio que precisamente, o debate é também bastante interessante desde esse ponto de vista, ou seja, na realidade, a pergunta que coloca é uma pergunta de pessoas muito informadas. Por outro lado, é historiador naval e reagiu sobre o tema. Mesmo comprei o seu livro sobre a marinha russa, portanto vejo bem do que fala. Mas, na realidade, não falamos no mesmo país. Ou seja, hoje, o debate público em França, não está de todo, mas de todo, sobre os temas de recuperação de artefactos ou corpos. Enfim, é outro planeta, do que falamos. E portanto, como dizia o general De Gaulle, só se faz política sobre as realidades, e hoje o debate público, no meu entender, tem o mérito de dar um passo muito importante graças — digo-o sem qualquer adulação — à coragem dos dois parlamentares que estão aqui, e honestamente o nosso objetivo aí deve ser já poder assegurar que as ferramentas de implementação, de recolha de informação sobre o que se passa no céu francês sejam realmente auditadas e trabalhadas. E depois, concordo consigo que o tema dos debates que animam efetivamente a Câmara dos Representantes ou o Senado sobre as recuperações de artefactos, os programas de engenharia inversa, etc., coloca-se nos Estados Unidos. Aqui, se se coloca, é mais desde o ângulo dos exercícios de antecipação como os podemos ter. Vou dizer uma tolice: na DGA, o órgão que trabalha em cenários de antecipação, não me lembro do termo, mas não importa. A Red Team, exatamente. Culturalmente não estamos aí para poder abordar este tipo de tema a nível político. Em todo o caso, é assim que apreendo o dossier com toda a franqueza. E por isso creio que vamos ir com as coisas. Antes de mais, muito obrigado pela organização deste colóquio, e teria uma pergunta. Em matéria de observação espacial, pode a contaminação em órbita baixa colocar a prazo um problema? É uma pergunta importante. A gestão do tráfego orbital, há claramente um problema de congestão a prazo em certas órbitas, e particularmente a baixa. E sabemo-lo bem, foi evocado

antes, Starlink, evocaste-o, entre outras, mas há muitas constelações que aparecem e sobressaturam esta porção, que há que gerir de maneira ótima. E é certo que são muitas reentradas atmosféricas também que contaminarão fortemente a alta atmosfera, é um tema sobre o qual há cada vez mais ciências e investigações independentes, mas que há que financiar fortemente, há que injetar dinheiro no CNES ainda um pouco mais, porque sim, a questão da sustentabilidade das atividades espaciais está colocada, ao mesmo tempo que sobreimplantamos nessas órbitas, mas creio que é uma pergunta importante e, com efeito, há muitas observações tipo FANI que são, na realidade, reentradas atmosféricas. Mas, em todo o caso, seria outro colóquio, na minha opinião. Se lhes interessa, lanço um estudo sobre isso. E talvez um complemento de resposta, uma vez que o OPECST, o Gabinete Parlamentar de Avaliação das Opções Científicas e Tecnológicas, há já uma quinzena de anos, trabalha pela via diplomática para uma melhor consideração, em particular nos projetos europeus e internacionais, sobre a questão dos resíduos e da saturação da órbita baixa. É evidentemente um trabalho de longo alento, porque há que convencer também os nossos parceiros, em particular os norte-americanos, de poderem comprometer-se do ponto de vista deontológico também e sobre uma redução dos efeitos ambientais nesse espaço. Portanto, evidentemente, continuamos, em particular no âmbito da IAC e outros eventos diplomáticos internacionais espaciais, também, a França leva esta voz. Para dar um elemento, é uma verdadeira pergunta que foi um imenso problema. E a solução encontrada pela doutora Beatriz Villarroel do Instituto Nordita foi pegar em placas fotográficas anteriores à era espacial. Assim, tinha-se a certeza de que os objetos no seu interior eram ou artefactos, ou objetos anormais. E a ideia é depois extrair uma assinatura estatística desses objetos, encontrar a espectroscopia e depois olhar hoje que objetos em órbita da Terra têm o mesmo espectro. Bom dia, obrigado, por aqui. Fala-se dos Estados Unidos no final do colóquio e, no final, foram, creio, os Estados Unidos que motivaram um pouco a existência deste colóquio em reação à desclassificação dos documentos. Estou enganado, talvez me corrijam. Precisamente, talvez para os deputados organizadores do colóquio, na vossa opinião, porque é que a administração Trump desclassifica estes documentos recentemente? O Sr. Maisonneuve parecia dizer que não era unicamente uma manobra de desvio da atenção. É algo mais? Que olhar têm sobre esta ação do lado transatlântico? Para responder à pergunta, de pessoas que estão realmente dentro do processo, é uma verdadeira vontade da sua parte, mas porque assumiu um compromisso político sobre isso. Ou seja, fazia parte das promessas de campanha que fez. E depois, teve eleitos que foram literalmente vê-lo para o lembrar que tinha feito essa promessa. E vai nessa linha. De quem está dentro do processo, não há dupla vontade dentro. E permito-me completar: não é um tema trumpista, uma vez que os movimentos, em particular os relatórios, fizeram-se também pela administração Biden. Portanto é muito importante dizer que não é só um tema trumpista, porque não somos todos trumpistas na sala, creio. Tínhamos dito paritário, portanto lá vai. Bom dia, não posso deixar de constatar que neste colóquio, dois homens convidaram 12 homens em três painéis e zero mulheres. E em 2026, é bastante notável. Mas, para além da censura, é uma verdadeira pergunta saber se é um viés organizacional ou se estes fenómenos, de um ponto de vista sociológico, têm uma ligação entre o género masculino e o interesse nestes fenómenos. E se assim é, por que razões? Eu dizia que é o sociólogo quem deve responder. Há investigações sociológicas sobre as motivações, a estruturação das comunidades UFO, etc. Não sou forçosamente especialista. Reconheço que, há 15 anos, tinha começado uma etnografia. Porque era investigador no CNRS, interessava-me, intrigava-me, mas não fui mais longe. Mas sem dúvida aí haveria que levar a investigação, e aqui, claramente, é ultra-enviesado. Quando compusemos o nosso painel, apercebemo-nos e, além disso, somos dois homens — declaramo-nos culpados. E sim, sem dúvida há um enquadramento desde esse ponto de vista. E é certo que se fizéssemos um rácio na sala, continua a ser maioritariamente masculina. Faremos melhor da próxima vez,

verdadeiramente. Mas sim, sem dúvida na sociologia das comunidades haveria algo por fazer desde esse ponto de vista. E por comparação também noutros locais, não sei, não levei a investigação mais longe. Mas é um convite que me fazem para prosseguir a investigação. Sim, sim, vi-a, mas vi-a, vi-a, vi-a.

Encerramento

Ah não, mas imagina-se bem. Sim. Sim. Escutem, o que vos propomos é concluir aqui este colóquio. Agradecemos-vos muito sinceramente. Podemos aplaudir o conjunto dos intervenientes. Todos foram de qualidade. E sobretudo, efetivamente, isto deixa a via a numerosas interrogações e também a numerosos pontos de melhoria. Já o dissemos entre nós durante este colóquio com Arnaud Saint-Martin. Proporemos também um certo número de recomendações derivadas deste colóquio para valorizar também todo o trabalho de interação que teve lugar hoje. E creio que talvez esta iniciativa chamará outras. Uma vez mais, um grande agradecimento a todos, ao mesmo tempo aos nossos colaboradores também pela organização ao serviço da Assembleia, também pela gestão da sala. Um grande agradecimento a todos, e até breve! Acrescentaria só uma coisa. Antes de mais, obrigado Pierre, trabalhámos bem. Foi um tandem barroco, direita-esquerda, transpartidário, e funcionou bem. E, de qualquer modo, coincidimos no OPECST. Cabe sublinhá-lo também. Conseguimos trabalhar na Assembleia apesar de tudo. Assinalo também que se filmou, filmou múltiplas vezes aliás, este colóquio. Poderá ver-se dentro de umas semanas, não sei, Tomek. Já veremos. Em todo o caso está gravado e estará depois na Internet, portanto o que se diz hoje — e há muita gente que não pôde vir porque, claramente houve grande interesse — estará disponível também publicamente, e isso também é um gesto bastante importante, isto ocorre aqui em toda a transparência, tivemos debates que achei apaixonantes, e circulará evidentemente depois. Esse era um ponto importante e além disso, evidentemente, Pierre e eu falamos do colóquio, há um interesse mediático também, não há que ocultar. Portanto continuaremos a falar dele. Esperam-nos algumas entrevistas. E essas recomendações, entre aspas, que ainda não estão totalmente formalizadas: à força de discutir, trocar, evidentemente vamos começar a formalizar algo. Agora mesmo não posso dizer muito mais. Talvez seja dececionante para alguns aqui. Mas, em todo o caso, é um primeiro ponto, é um marco, modesto. Um momento que, em todo o caso, achei apaixonante. Todos os intervenientes que expuseram com uma variedade de estilos, de abordagens, de interesses pessoais no conhecimento do tema, achei que foi de muito grande qualidade. Portanto muito obrigado, muito obrigado a todos e a todas por terem vindo aqui, obrigado pela vossa paciência, porque são 4 horas de colóquio, não é pouco e depois, até à próxima, espero.